

JUDICIARIUM

Órgão de divulgação do Poder Judiciário do Estado de Sergipe • Ano XV - Edição 98 - Outubro de 2014

TJSE PRIORIZA 1º GRAU



RECONHECIMENTO

Coordenadoria da Infância e Juventude do TJSE recebe Selo Ouro do Unicef e CNJ



OPORTUNIDADE

Feirão do Limpa Nome chega ao interior de Sergipe e tem segunda edição na capital

50 ANOS: marcas da ditadura militar no Brasil estão guardadas em processos judiciais



Ela pode!
Ele pode!

MANTER A PAZ!

Mulheres e Homens, juntos,
pelo fim da violência doméstica.



COORDENADORIA
DA MULHER



PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DE SERGIPE



EDITORIAL

Euler Ferreira

Faltam pouco mais de três meses para o término da gestão do Desembargador Cláudio Déda frente à Presidência do Judiciário sergipano e as notícias não poderiam ser melhores: as ações de valorização do 1º grau, onde se concentra boa parte dos processos, foram reforçadas e o Tribunal ganhou do Unicef e do CNJ o Selo Ouro por ter a melhor Coordenadoria da Infância e Juventude do país. Confira mais detalhes sobre esses assuntos nas próximas páginas, como também uma entrevista com o presidente, na qual ele faz um balanço da sua administração.

Nesta edição, caro leitor, você encontrará ainda matérias sobre dois importantes eventos realizados neste segundo semestre. O Conbrascom reuniu em Aracaju cerca de 150 jornalistas que trabalham nos mais diversos segmentos da Justiça em todo o país. Além disso, ocorreu o sexto encontro anual do Planejamento Estratégico do TJSE, que já definiu metas a serem alcançadas até 2020.

Não poderíamos deixar de lembrar que 2014 é um ano emblemático para o país, pois completamos agora meio século de um golpe militar que ainda está vivo na memória de muitos brasileiros. Você vai conferir um relato emocionante de um advogado que foi vítima da ditadura e o depoimento da filha dele, hoje Juíza do TJSE. Boa leitura!

NESTA EDIÇÃO



04

Presidente do TJSE faz balanço de quase dois anos frente à Presidência do TJSE



06

Investimentos no 1º grau tornam o trabalho do Judiciário mais célere, melhorando o atendimento à população



12

Conbrascom reúne em Aracaju jornalistas que trabalham em vários segmentos do Judiciário brasileiro

14

Planejamento Estratégico do TJSE chega ao sexto ano

17

Memorial do Judiciário realiza exposição e lança terceira edição de revista

18

Ejuse homenageia ex-diretores com medalha

30

Projeto da Coordenadoria da Mulher divulga artigos sobre violência doméstica

39

Saúde do Servidor: hipertensão atinge 50% das pessoas com mais de 60 anos

41

Dicas de livros

42

Desembargadora Iolanda Guimarães ministra palestra na ONU

REVISTA JUDICIARIUM

Órgão de divulgação do Poder Judiciário do Estado de Sergipe

Planejamento e produção

Diretoria de Imprensa do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

Diretor EULER FERREIRA **Chefe da Divisão de Imprensa** LUCIANO AUGUSTO **Editores** JANAINA CRUZ (DRT 857/SE),

Reportagens DENISE RODRIGUES, DENISE RAMBO, LUCIANO ARAUJO, MAÍRA SILVEIRA (estagiária)

Fotografia BRUNO CÉSAR **Projeto gráfico e editoração** EDUARDO LINS **Capa** ANDRÉ HYLLING

Revisão RONALDSON SOUSA

Impressão PADRÃO GRÁFICA EDITORA **Tiragem:** 1.000 exemplares

Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

Praça Fausto Cardoso, 112 - Centro - Aracaju, SE - 49080-010

Fone: (79) 3226-3100 - E-mail: dircom@tjse.jus.br - www.tjse.jus.br

“Considero de igual importância todas as ações implementadas na minha gestão”

Presidente do TJSE, Desembargador Cláudio Déda, fala sobre os projetos desenvolvidos durante sua gestão e como o futuro gestor encontrará o TJ



“O próximo planejamento estratégico foi trabalhado com competência e profissionalismo.”

Atrês meses para o término de sua gestão como Presidente do TJSE – já que a próxima Mesa Diretora assume em fevereiro de 2015 – o Desembargador Cláudio Déda deixa transparecer nesta entrevista a sensação do dever cumprido. Desde que assumiu os rumos do Judiciário estadual, em 6 de fevereiro de 2013, foram inúmeras ações, entre as quais ele ressalta a criação do Departamento de Precatórios e a valorização do primeiro grau, com as mudanças na organização judiciária, criando novas varas e comarcas com o objetivo de atender à crescente demanda processual. Ele fala,

ainda, sobre a importância do planejamento estratégico e os projetos que pretende desenvolver até o início do próximo ano. Finalizando, conta que deixa a casa arrumada para o próximo gestor.

REVISTA JUDICIARIUM – *Após quase dois anos de gestão, como o senhor analisa sua experiência frente à Presidência de um Tribunal que é classificado como um dos melhores do país?*

CLÁUDIO DÉDA – De suma importância para a minha realização profissional e pessoal, pois tive de enfrentar diversos problemas

administrativos ao longo da gestão. Confesso que não contava com muita experiência nessa área, muito embora o período em que presidi o Tribunal Regional Eleitoral (2008/2010) me serviu como rito de passagem e preparatório na função de gestor, porque, anteriormente, a minha dedicação era integral ao exercício da jurisdição. Com esforço redobrado, passei a conhecer melhor as técnicas orçamentárias e de finanças públicas. Nunca dispensei, entretanto, o bom assessoramento, fundado na percepção inteligente dos fatos e na correção ética dos auxiliares.

JUDICIARIUM – Neste período, quais iniciativas da Presidência o senhor considera como as mais importantes para uma boa prestação jurisdicional?

CD – Na verdade, considero de igual importância todas as ações implementadas na minha gestão, porquanto cada iniciativa, à luz de suas singularidades, contribuiu para a eficácia e eficiência, cada vez maior, deste Tribunal. Entretanto, tenho por relevante destacar duas providências incrementadas, cujos resultados somente serão percebidos nas gestões que sucederão. A primeira, diz respeito à separação dos precatórios dos processos judiciais, criando e organizando um departamento com especialidades próprias. A segunda, relativamente à criação de núcleo de recursos repetitivos (Recurso Especial - STJ) e de repercussão geral (Recurso Extraordinário - STF), intitulado de NURER, mecanismo que visa contribuir, imediatamente, para a redução de demandas processuais, e, imediatamente, com a celeridade da prestação jurisdicional. Além desses avanços, é fundamental registrar que, relativamente ao primeiro grau de jurisdição, foi alterada a organização judiciária do Estado de Sergipe, com a elevação de três comarcas e a criação de duas varas especiais cíveis na capital, consideradas como vitrine da Justiça, e cinco varas comuns no interior, bem como a transformação da competência de varas privativas de assistência judiciária para família e sucessões, cujo objetivo, também, é o de tornar mais célere a prestação jurisdicional. No segundo grau de jurisdição, houve a total

virtualização do processo, concretizando o direito fundamental de acesso à justiça, constitucionalmente estabelecido. Por fim, há falar, ainda, nos concursos deflagrados: o de notários e registradores, regularizando definitivamente os serviços de caráter privado, que são realizados por delegação, correlatos aos tabelionatos e oficiais de registro; e o concurso de Técnicos e Analistas Judiciários, assegurando ao Tribunal a manutenção de sua força de trabalho.

JUDICIARIUM – Na sua gestão, o planejamento estratégico do Tribunal de Justiça de Sergipe encerrou seu primeiro ciclo, completando quatro anos, e já estabeleceu as prioridades para os próximos seis anos. Qual a importância disso?

CD – Todo planejamento é de suma importância para que sejam postos em prática os projetos priorizados pela administração. Quando assumi a Presidência do Tribunal, já se encontrava em andamento o planejamento estratégico construído em outra gestão, cujas metas foram cumpridas com eficiência pelo Tribunal de Justiça ao longo do quinquênio 2009/2014, a ponto de sermos considerados pelo Conselho Nacional da Justiça como um dos melhores do país. O próximo planejamento estratégico foi trabalhado com competência e profissionalismo por órgãos da administração do nosso Tribunal, cujo sucesso será mais uma vez alcançado, estreme de dúvida, pelas pessoas envolvidas no sistema, servidores e magistrados.

JUDICIARIUM – Nesses últimos meses que restam para o

término da sua gestão, existe algum projeto que o senhor pretende ainda colocar em prática?

CD – Sim. O relativo à profunda alteração no Código de Organização Judiciária de 1979 e no regimento interno do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, em fase de conclusão na comissão criada pela Presidência do Tribunal. Tenho certeza de que o tempo é curto para desenvolver todos os projetos que pretendia. Os recursos previstos no orçamento do ano de 2014 não foram suficientes para a construção dos Fóruns Integrados III, assim como para licitarmos o projeto arquitetônico do novo prédio do Tribunal de Justiça, a localizar-se no Centro Administrativo de Aracaju.

JUDICIARIUM – Como o próximo presidente encontrará a administração do TJSE?

CD – Organizada em todos os setores da administração. Quebramos paradigmas e ampliamos a utilização da licitação na modalidade Registro de Preços, privilegiando a aquisição de bens e serviços com planejamento prévio, racionalizando, assim, o consumo e o dispêndio dos recursos financeiros. Avanços obtidos na área de tecnologia da informatização, em decorrência do considerável volume de recursos empregados pela atual administração e previstos no próximo orçamento. Planejamento de concurso público para a Magistratura visando suprir as vagas decorrentes de aposentadorias e as que foram criadas pela Lei Complementar nº 244, de 02 de julho de 2014.



“No segundo grau de jurisdição houve a total virtualização do processo.”

TJSE cria novas Comarcas e Juizados para valorizar 1º grau

Além das mudanças no Código de Organização Judiciária, foram convocados aprovados no concurso deste ano e houve relocação de servidores

O Relatório Justiça em Números de 2013, do Conselho Nacional de Justiça, apontou que 90% dos processos em tramitação no Judiciário estão nas unidades judiciárias de 1º Grau. Diante dessa constatação, o CNJ instituiu, através da Resolução nº 194, de 26/05/2014, a Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição. Dessa forma, o Tribunal de Justiça de Sergipe vem desenvolvendo, em caráter permanente, iniciativas voltadas ao aperfeiçoamento da qualidade, da celeridade, da eficiência e da efetividade dos serviços judiciários da primeira instância da Justiça.

A alteração no Código de Organização Judiciária do Estado de Sergipe, através da Lei Complementar 244, de 2 julho de 2014, foi uma das ações para valorização do 1º Grau. O projeto foi aprovado pelo Pleno do TJSE no dia 30 de abril deste ano e os estudos para a sua elaboração contaram com a participação de diversos setores do TJ. As mudanças visam aprimorar os serviços da Justiça, adequando as suas estruturas, comarcas, varas e competências às novas realidades nas demandas judiciais no Estado.

Conforme o Presidente do TJSE, Desembargador Cláudio Déda, o objetivo foi proporcionar a celeridade aos processos, em especial àqueles que tratam de família e sucessões. “Em razão dos objetivos propostos, a premissa maior foi que as benesses com a reestruturação alcancem, sobretudo, o cidadão jurisdicionado, que terá uma estrutura reforçada para pleitear e ver resolvidos os seus anseios pretendidos e submetidos ao Poder Judiciário”, explicou o presidente.

Uma das alterações do Código foi relativa às 2ª e 5ª Varas Cíveis da Comarca de Aracaju, especializadas nos processos relativos à família e sucessões. Elas foram transformadas em unidades cíveis comuns, segundo a Portaria Normativa 36/2014. Já as sete Varas Privativas de Assistência Judiciária da Comarca de Aracaju foram transformadas em Varas de Família e Sucessões, de acordo com a mesma Portaria, e passaram a ser chamadas de 19ª, 23ª, 24ª, 25ª, 26ª, 27ª e 28ª Varas Cíveis. Apesar da redistribuição das ações possessórias, de usucapião e mudança da nomenclatura, elas continuarão nos mesmos locais (Fóruns Integrados).

Em São Cristóvão, conforme a Portaria Normativa 34/2014, a Vara Privativa também mudou sua competência, passando a ser especializada em família e sucessões, como também infância e juventude. “Não há dúvidas de que prestar a jurisdição é um grande desafio, não só pelo volume de ações que todo o dia entra no Judiciário, mas sobretudo em razão dos desafios em julgar com qualidade frente a esse volume anunciado. Resta então ajudar nessa peregrinação e agradecer aos magistrados e servidores que colaboraram com a realização dessa mudança”, completou o presidente do TJSE.

No dia 2 de outubro, foram instalados dois Juizados Especiais Cíveis na Comarca de Aracaju, o 9º e o 10º, que funcionam, respectivamente, nos Fóruns Integrados I (Santos Dumont) e Fóruns Integrados III (DIA). Conforme o Juiz Ricardo Santana, com a instalação de mais duas unidades, o Judiciário sergipano garante ao cidadão um maior acesso à Justiça. “São duas unidades com estrutura adequada, totalmente informatizadas, certamente a prestação jurisdicional será célere e eficaz”, completou.

Já no dia 10 de outubro foi a vez da instalação da Comarca de Indiaroba, antes Distrito de Umbaúba. Com a elevação, Santa Luzia do Itanhhy passou a ser Distrito de Indiaroba e não mais de Umbaúba. Conforme a Juíza Karyna Marroquim, atualmente existem cerca de 1.200 processos em andamento em Indiaroba e mais 800 em Santa Luzia. “Tínhamos um estoque processual que realmente comportava um desmembramento. Indiaroba agora terá um juiz que poderá se dedicar ao dia a dia da Comarca e ao seu Distrito de Santa Luzia e Umbaúba também receberá uma atenção maior”, ressaltou a magistrada.

Também houve instalação da Comarca de Malhador (20/10) e da nova 2ª Vara da Comarca de Simão Dias (24/10). “Começamos com a nova divisão judiciária, depois com a convocação de novos servidores, mais máquinas, sistema de áudio e vídeo para as audiências, novos veículos em determinadas regiões e um pequeno reajuste no salário de servidores. Isso tudo é feito com muita dificuldade, porque temos um orçamento apertado, mas estamos investindo com muita responsabilidade no que dá resultado”, explicou o Desembargador Cláudio Déda.

Servidores

Aconteceu no dia 4 de setembro a primeira convocação dos aprovados no concurso para Técnico e Analista Judiciário, ocorrido em 15 de junho deste ano. Nessa primeira etapa, através do *Diário da Justiça* nº 4075, foram convocados 39 aprovados para o cargo de Técnico Judiciário, sendo dois entre os portadores de necessidades especiais. Já para o cargo de analista das áreas administrativa e de apoio especializado foram convocados 17. Para o cargo de Técnico Judiciário/Programação de Sistemas foram chamados 07 aprovados.

Ainda em setembro, foi realizada a relocação de servidores da gestão administrativa do TJSE para a área judicial. Houve o remanejamento de 19 servidores, com o objetivo de adequar o quadro funcional de unidades jurisdicionais que possuíam um déficit em sua força de trabalho. A Escola Judicial (Ejuse) promoveu um curso de práticas cartorárias cíveis para os servidores que estavam afastados do trabalho direto da área judicial.

Outra medida relativa aos servidores que visou à valorização do 1º grau foi a extinção de 23 cargos em comissão da área administrativa, fato que possibilitou a implantação de 55 funções de confiança de Assistentes de Juiz, conforme Lei estadual 7.826/2014. Todas as ações atendem à Resolução 194/2014 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que instituiu Política Nacional de Atenção Prioritária ao 1º Grau de Jurisdição.

Novos veículos

Diversas unidades jurisdicionais de Aracaju e do interior sergipano foram contempladas com novos veículos, no mês de outubro. “Entregamos os veículos novos para uma maior valorização dos serviços do 1º grau, o que facilitará o trabalho com relação aos deslocamentos dos Núcleos Psicossociais e às atividades voltadas para a infância e juventude. Pretendemos renovar ainda mais, uma vez que também se trata de uma questão de economia e celeridade para o Poder Judiciário”, informou o Desembargador Cláudio Déda, Presidente do TJSE.

Foram entregues nove veículos, sendo oito



A Comarca de Indiaroba, recém-instalada, recebeu novos servidores.

O Juiz Luiz Manoel Pontes, de Estância, recebeu a chave de um novo veículo para o Núcleo Psicossocial que atende a diversos municípios da região

de pequeno porte e uma van, que serão distribuídos entre os juízes da Comarca de Aracaju (Fórum Gumersindo Bessa e Fórum Des. Luiz Carlos Fontes de Alencar, onde funcionam a 16ª e 17ª Varas Cíveis) e os das Comarcas de Estância, Propriá, Lagarto e Itabaiana. “Estância possui um Núcleo Psicossocial formado por três assistentes sociais e duas psicólogas. Então, o carro é uma ferramenta de trabalho importante para o deslocamento desses profissionais no Centro Sul sergipano”, disse Luiz Manoel Pontes, Juiz da Comarca de Estância.

De acordo com o Chefe da Divisão de Transportes do TJSE, Humberto Rodolfo de Melo, uma das finalidades também é atender aos requisitos de economia, seja de combustível ou manutenção. “Os veículos que foram substituídos já tinham cinco anos de uso, não esquecendo, obviamente, de fornecer aos servidores do Poder Judiciário maior conforto no exercício de suas atividades”, completou.

Feirão do Limpa Nome é levado para o interior

Moradores de Aracaju e mais cinco cidades recebem o apoio do TJSE para negociarem seus débitos com bancos e lojas

Depois do sucesso do Arraiá do Limpa Nome, realizado no mês de junho, em Aracaju, o Clube dos Diretores Lojistas (CDL) procurou o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais e Soluções de Conflitos e Cidadania (Nupemec) do TJSE para levar à população do interior a oportunidade de também negociar suas dívidas. Assim, o *Feirão do Limpa Nome* começou na cidade de Nossa Senhora da Glória, entre os dias 24 e 27 de setembro, seguiu para Propriá, entre os dias 15 e 18 de outubro, e chegará a mais quatro cidades até o final de novembro.

Segundo a Juíza Dauquíria Ferreira, Coordenadora do Centro Judiciário de Resolução de Conflitos e Cidadania (Cejusc), o feirão oferece ao consumidor a oportunidade de negociar as dívidas diretamente com as empresas participantes. “O Nupemec pré-negociou com as empresas e bancos condições de pagamento muito vantajosas para que as pessoas consigam quitar seus débitos. Quem estiver com o nome inscrito no SPC ou Serasa pode ir até o

feirão e negociar diretamente com a empresa ou banco”, explicou.

Só em Glória, foram realizados mais de 1.500 atendimentos, onde a Secretária Executiva da CDL, Rosa de Góis, falou sobre a

importância da ação e parceria firmada com o Tribunal de Justiça de Sergipe. “O Feirão é muito importante para os lojistas, na medida em que recuperam os seus créditos. E para a população é a chance de se reinserir no mercado consumidor”, afirmou Rosa.

Em Glória, o Feirão aconteceu em um ginásio de esportes, onde mais de 1.500 pessoas foram atendidas

Itabaiana - 29 a 31/10

Empresas: G Barbosa, Banese, BaneseCard, Banco do Brasil e mais empresas da CDL local.

Local: CDL Itabaiana

Horário: 8 às 15h (quarta-feira a sexta-feira) e 8 às 13h (sábado)

Lagarto - 05 a 08/11

Empresas: G Barbosa, Unit, Banese, BaneseCard, Banco do Brasil e mais 15 empresas da CDL local.

Local: AABBB Lagarto - Ginásio de Esportes

Horário: 8 às 15h (quarta-feira a sexta-feira) e 8 às 13h (sábado)

Aracaju - 12 a 21/11

Empresas: G Barbosa, Unit, Banese, BaneseCard, Banco do Brasil e mais 15 empresas da CDL local.

Local: Arquivo Judiciário (ao lado do Fórum Gumerindo Bessa)

Estância - 26 a 29/11

Empresas: Banese, BaneseCard, Banco do Brasil e mais 15 empresas da CDL local.

Local: AABBB

Horário: 8 às 15h (quarta-feira a sexta-feira) e 8 às 13h (sábado)

Agenda Segundo Semestre 2014





TJSE/CIJ recebe Selo Ouro do Conselho Nacional de Justiça e do Unicef

A premiação exigiu vários critérios e a Coordenadoria da Infância e Juventude de Sergipe foi escolhida como a melhor do país

O Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe e sua Coordenadoria da Infância e Juventude receberam o Selo Ouro Infância e Juventude, na primeira edição da premiação promovida pelo Conselho Nacional de Justiça em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). O selo tem como objetivo reconhecer os Tribunais de Justiça que estruturaram suas Coordenadorias da Infância e o trabalho por elas desenvolvido. A CIJ/TJSE obteve o primeiro lugar no cumprimento dos requisitos estabelecidos.

Para receber o Selo Ouro seriam necessários 80 pontos e a CIJ/TJSE atingiu a marca de 535 pontos. Em segundo lugar ficou Minas Gerais, com 205 pontos, e em terceiro vieram Espírito Santo e Mato Grosso do Sul, com 150 pontos cada. A entrega do prêmio foi realizada pelo Ministro Ricardo Lewandowski, Presidente do CNJ, em cerimônia realizada durante a 197ª Sessão Plenária do Conselho, no dia 14 de outubro, em Brasília.

“Neste momento, despojado da vaidade natural de quem recebe um prêmio dessa magnitude, orgulho-me de ser o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, cuja Coordenadoria da Infância e da Juventude é conduzida pela Juíza Vânia Ferreira de Barros, a quem de público destaco pela dedicação incansável. Em tempo, estendo a toda a sua equipe os meus agradecimentos e reconhecimento pela forma como levaram a Coordenadoria da Infância e da Juventude de Sergipe à condição de primeira colocada ante os critérios definidos para a entrega do Selo Infância e Juventude”, disse o Desembargador Cláudio Déda durante a premiação.

Com grande satisfação pelo recebimento do prêmio, a Juíza-Coordenadora disse que a premiação traz o reconhecimento público de que o TJSE priorizou a criação e estruturação da



Coordenadoria da Infância. “Esse órgão entendeu adequadamente o seu papel e trabalhou intensamente no cumprimento das suas atribuições, contando com a atuação comprometida dos magistrados sergipanos. Para a conquista do selo, também foi fundamental o empenho de todos os que compõem a equipe da Coordenadoria, a quem manifesto meus sinceros agradecimentos. Essa foi a melhor prestação de contas que poderíamos dar diante da confiança em nós depositada”, ressaltou Vânia Barros.

O Presidente do Colégio de Coordenadores da Infância e Juventude dos Tribunais de Justiça do Brasil, Juiz Renato Scussel Rodvalho, parabenizando a Juíza-Coordenadora, afirmou que “este prêmio é um reconhecimento nacional do trabalho e eficiência da coordenadoria de Sergipe”. O selo, que é válido por dois anos, foi instituído pela Portaria nº 67/2014 do CNJ e os requisitos para sua concessão foram estabelecidos no Edital nº 01 DMF/CNJ, de 5 de junho de 2014.

O Vice-Presidente do TJSE, Desembargador Edson Ulisses de Melo, lembrou que o jurista sergipano Gumersindo Bessa sempre dizia que “Sergipe exportava talentos”. “Nós estamos a cada dia mostrando ao Brasil que Sergipe tem um belo trabalho realizado e por isso é reconhecido”, elogiou. Para o Desembargador Luiz Mendonça, o selo é um estímulo às boas práticas.

A Juíza Coordenadora da Infância e Juventude do TJSE, Vânia Barros, e o Presidente do TJSE, Des. Cláudio Déda, viajaram a Brasília para receber o prêmio, que foi entregue pelo Ministro Ricardo Lewandowski, Presidente do CNJ e do STF

Assessores de Comunicação da Justiça se reúnem em Aracaju para congresso e prêmio

TJSE conquista o primeiro lugar na categoria Fotografia, segundo em Reportagem e terceiro em Projeto Institucional



Aconteceu em Aracaju, nos dias 31 de julho e 1º de agosto, o *X Congresso Brasileiro de Assessores de Comunicação da Justiça* (Conbrascom). Cerca de 150 jornalistas de várias partes do país participaram do evento, organizado pelo Fórum Nacional de Comunicação e Justiça (FNCJ) e realizado na sede do Tribunal de Justiça de Sergipe. Durante os dois dias, foram abordados diversos temas de interesse da categoria, como jornalismo nas redes sociais, comunicação interna, assessoria em rede, entre outros. Ao final do congresso, ficou definido que o Conbrascom 2015 acontecerá em Belo Horizonte (MG).

O Presidente do TJSE, Desembargador Cláudio Déda, fez questão de participar da abertura do Conbrascom. “Em meu discurso de posse como desembargador, há 11 anos, destaquei e parabenizei o TJSE pelo seu trabalho na área de comunicação. É a comunicação que nos coloca em contato com a sociedade e ela deve ser extremamente transparente. O Judiciário necessita prestar informações precisas, reconhecer erros e aceitar críticas, acabou o tempo dos tribunais fechados em si mesmos”, comentou o magistrado.

Já o Presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), Desembargador Cezário Siqueira Neto, que também participou da solenidade de abertura, destacou que o encontro serve para que os profissionais de comunicação possam trocar ideias e experiências. “Os Tribunais precisam manter um relacionamento com a sociedade e esse contato é realizado pelos assessores de comunicação, que devem ser preparados e qualificados. Eventos como esse contribuem para profissionalizar ainda mais a área de comunicação dos órgãos que integram o sistema de Justiça”, analisou o Desembargador Cezário.

Conforme a jornalista Rosângela Sanches, diretora de Comunicação do TJSP e que à época do congresso era a Presidente do Fórum Nacional de Comunicação e Justiça, o evento visa ampliar o debate sobre a comunicação na Justiça. “O encontro deste ano teve um tema diferente, que procurou demonstrar os desafios da comunicação para aliar o avanço tecnológico e a humanização das relações. O mais importante é a troca de ideias e experiências, pois se cada um levar consigo uma nova visão da comunicação para as suas instituições, conseguiremos prestar um melhor serviço para a sociedade e

para os órgãos do sistema de Justiça”, enfatizou Rosângela.

Uma das palestrantes foi a jornalista Cláudia Lemos, da assessoria do Ministério Público Federal, que falou sobre a comunicação em rede. “Nossas organizações no Judiciário estão ficando cada vez mais complexas e o trabalho de comunicação passa a exigir que a gente trabalhe de forma organizada e em rede, no sentido de trabalhar colaborativamente. No Ministério Público Federal, por exemplo, temos mais de 234 unidades no país inteiro. Então, como fazer uma comunicação única se há tantas pessoas dispersas?”, questionou Cláudia em sua oficina.

Outra oficina que atraiu o interesse dos participantes abordou o tema ‘O potencial de transformação da comunicação interna pela comunicação não-violenta e Comunicação 360º’. “Vejo com ótimos olhos que as assessorias de comunicação dos Tribunais consigam ampliar seu leque de possibilidades de chegar ao cidadão”, explicou Liana Gottlieb, doutora em Ciências da Comunicação (ECA/USP). Conforme Mônica Aiub, filósofa clínica e doutoranda em Filosofia pela PUC/SP, “o objetivo é pensar a forma como nos comunicamos e ler os contextos, trazendo um tipo de linguagem que seja mais adequada e não-violenta, respeitando o modo de ser e pensar de todos envolvidos no processo”.

No segundo dia do evento, entre outras atividades, houve um painel sobre ‘Democracia nas redes sociais. Humanidade 5.0 - A Era da inovação coletiva’, apresentado por Gil Giardelli,

O Presidente do TJSE, Des. Cláudio Déda, recebeu uma homenagem da jornalista Rosângela Sanches, então Presidente do Fórum Nacional de Comunicação e Justiça



A palestra de abertura foi ministrada pelo jornalista e escritor Elias Awad



Rodrigo Hajjar, diretor do Grupo Garnero, empresa patrocinadora, participou do evento



Os jornalistas dividiram-se em várias oficinas, a exemplo da que tratou sobre 'Comunicação 360º'



professor do Centro de Inovação e Criatividade na Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), em São Paulo. “Nenhum de nós é tão inteligente quanto todos nós juntos. Quando percebemos isso muda toda nossa forma de fazer justiça, política, negócio. Então, trago aqui uma visão desse novo mundo, onde cada dia mais as organizações, sejam privadas ou públicas, deverão ser mais humanizadas”, enfatizou Gil.

Lazer

Além das palestras e troca de informações, os participantes do Conbrascom tiveram a oportunidade de conhecer um pouco da cultura local durante uma recepção realizada no Museu da Gente Sergipana, na noite do dia 31 de julho. Lá, foram servidas comidas típicas, como a tapioca e o bolo de macaxeira, e houve a apresentação da quadrilha junina Pioneiros da Boa, de Japarutuba. Outro momento de lazer aconteceu no sábado, 2 de agosto, já terminado o evento, quando muitos visitantes aproveitaram para conhecer o Cânion de Xingó, no rio São Francisco.

“O Museu da Gente Sergipana impressiona por sua arquitetura e interatividade. A apresentação de quadrilha foi um espetáculo à parte, principalmente a alegria contagiante dos dançarinos. Navegar nas águas do velho Chico e conhecer os cânions também valeu muito a pena. É um dos passeios mais bonitos que já tive a oportunidade de fazer”, comentou a jornalista Cecília Abbati, coordenadora de Imprensa do TJSP.

Carta de Aracaju

Ao final do Conbrascom, realizado pelo Fórum Nacional de Comunicação e Justiça (FNCJ), os assessores de comunicação dos órgãos do Poder Judiciário, Ministério Público, Advocacia Pública, Advocacia, Defensoria Pública e entidades afins, reuniram-se para redigir a Carta de Aracaju. Também foi eleita a nova diretoria do FNCJ para o biênio 2015/2016, cujo presidente é Vanderlei Luiz Ricken, do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região. Confira as deliberações:

1) Atuação do FNCJ frente à necessidade de se fortalecer a interlocução entre os tribunais, os tribunais superiores e os conselhos superiores, em especial o Conselho Nacional de Justiça (CNJ);

2) Incentivo e ampliação de acesso às novas mídias, facilitando a integração entre os tribunais e a sociedade;

3) Adoção de políticas de Segurança da Informação que não afetem o acesso às redes sociais;

4) Criação de canal de comunicação com os responsáveis pelos eventos do FNCJ e de rede de colaboração e de compartilhamento entre órgãos do Poder Judiciário, Ministério Público, Advocacia Pública, Advocacia, Defensoria Pública e entidades afins, para promoção de política de integração;

5) Criação de um fórum de discussão para os assuntos pertinentes à rotina dos assessores, como o acesso ao Processo Judicial Eletrônico, adoção de procedimentos similares no tocante à divulgação dos nomes das partes quando da publicação de decisões judiciais, entre outros;

6) Criação de grupo de trabalho de cada setor para auxiliar a Diretoria do FNCJ num esforço coletivo e articulado para a divulgação do Conbrascom, a partir de três meses antes da realização do congresso anual;

7) Propor junto ao CNJ estudos que estabeleçam percentual mínimo de servidores para atuarem na área de comunicação de acordo com a estrutura de cada órgão, autonomia para gerir os recursos específicos da comunicação, criação de orçamento específico para as instituições que ainda não dispõem de dotação orçamentária própria e realização de concursos públicos para a área de comunicação desses órgãos;

8) Compromisso conjunto de ampla divulgação da Carta de Aracaju junto aos conselhos superiores e instâncias representativas do Sistema Judicial;

9) Eleição da cidade de Belo Horizonte (Minas Gerais) como sede do Conbrascom 2015, com data e tema a serem definidos;

10) Agradecimento aos patrocinadores, apoiadores e colaboradores do Conbrascom 2014 pelo reconhecimento da importância do trabalho, realizado pelo FNCJ e da relevância no aperfeiçoamento das relações ‘Justiça e sociedade e vice-versa’;

11) Agradecimento ao Poder Judiciário, Ministério Público, Advocacia Pública, Advocacia, Defensoria Pública e Ordem dos Advogados do Brasil de Sergipe, bem como às suas respectivas assessorias de comunicação, pela parceria firmada com o FNCJ, para a realização do Conbrascom 2014.





A recepção aos palestrantes aconteceu no Museu da Gente Sergipana, com apresentação de quadrilha junina. Já a festa de premiação, na qual a equipe de Comunicação do TJSE conquistou o 1º lugar na categoria 'Fotografia', ocorreu na Orla da Atalaia

XII PRÊMIO NACIONAL DE COMUNICAÇÃO E JUSTIÇA

Vencedores

Campanha de Comunicação
MPF no combate ao trabalho escravo – Procuradoria Geral da República

Conteúdo Web
Estudo com o TRT – Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

Endomarketing
Campanha de Comunicação das Metas 2014 – Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte

Fotografia
Esperança no Presídio Feminino de Sergipe – Tribunal de Justiça de Sergipe

Vídeo Institucional
Deixe-se adotar – Tribunal de Justiça de Rondônia

Programa de TV
Via Legal – Conselho da Justiça Federal

Inovação
TJ mais sustentável – Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte

Mídia Impressa
Revista Rede – Mediação, o caminho – Ministério Público de Minas Gerais

Reportagem de TV
A maconha como esperança de cura – Conselho da Justiça Federal

Programa de Rádio
AGU Brasil – Advocacia Geral da União

Projeto Científico
Julgamento do Mensalão – Bruno Barbosa da Costa

Projeto Institucional
Ministério Público pela educação – Procuradoria Geral da República

Publicação Especial
Livro no país do racismo institucional – Ministério Público de Pernambuco

Relacionamento com a mídia
A grandiosidade jamais vista na Justiça brasileira – Tribunal de Justiça de São Paulo

Reportagem Escrita
Os desafios de ser quem se é – OAB/RJ

Prêmio

A entrega do **XII Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça** foi um dos momentos mais esperados por muitos participantes do Conbrascom. Afinal, as 16 categorias receberam 205 trabalhos de 90 instituições da área. O Tribunal de Justiça de Sergipe conquistou o primeiro lugar na categoria Fotografia, com a foto 'Esperança no Presídio Feminino', de Denise Rodrigues. Na categoria Reportagem Escrita, a matéria da jornalista Janaina Cruz, 'Herdeiras do Tráfico', publicada na revista *Judiciarium*, ficou em segundo lugar. Já na categoria Projeto Institucional, o *Informe Legal*, também do TJSE, ficou em terceiro lugar.

Para o Diretor de Comunicação do TJSE, o jornalista Euler Ferreira, a boa colocação em três categorias do prêmio é resultado de muita dedicação. "Evoluímos nosso departamento e nosso esforço tem sido reconhecido não só pelos presidentes que nos acompanham, mas pelos prêmios que estão se tornando uma rotina na vida de cada um de nós da Dircom. No prêmio do ano passado, conquistamos o primeiro lugar em três categorias, bem como o primeiro lugar no prêmio da AMB. Ou seja, isso aumenta nossa responsabilidade de ajudar o TJ a se aproximar da sociedade", enfatizou Euler.

"A cada ano, as pessoas se integram mais ao evento. Tive acesso ao depoimento de uma das juradas que publicou em sua rede social que ficou muito impressionada com a qualidade dos trabalhos apresentados",

comentou Rosângela Sanches, jornalista que à época do congresso era a Presidente do Fórum Nacional de Comunicação e Justiça. Uma categoria especial do prêmio homenageou o jornalista sergipano Cláudio Nunes, do Portal Infonet. "Queremos agradecer muito seu trabalho em prol da Justiça", elogiou Rosângela.

A equipe do Tribunal de Justiça de Rondônia não só participou do Congresso como também conquistou o primeiro lugar na categoria Vídeo Institucional, com o vídeo 'Deixe-se Adotar', que acabou ganhando a categoria voto popular. "A gente sempre participa e acha que o prêmio é um ótimo incentivo de reconhecimento do nosso trabalho. O momento também serve para trocarmos experiências com os colegas e conhecer projetos bem-sucedidos", disse Simone Noberto, do TJRO.

A equipe de comunicação do STJ concorreu em duas categorias: Inovação e Melhor Programa de TV. "O programa foi pensado para levar a informação das principais decisões do STJ de uma forma mais dinâmica e jovem. Procuramos gerar um diálogo com o telespectador, através dos comentários das redes sociais", explicou Daniel Adjuto, apresentador do programa, que conquistou o segundo lugar na categoria Programa de TV, perdendo por apenas um ponto para o programa *Via Legal*, do Conselho da Justiça Federal. "Participar do prêmio é o reconhecimento de uma equipe grande, que trabalha pesado para conseguir objetivos como esse", acrescentou Daniel.

TJSE chega ao sexto ano do Planejamento Estratégico

Encontro reuniu servidores e magistrados que definiram macrodesafios para serem alcançados até 2020

Compromisso, acessibilidade, integração, transparência e eficiência foram alguns dos valores escolhidos como prioritários por servidores e magistrados do Tribunal de Justiça de Sergipe, incluídos no mapa estratégico de 2015 a 2020. O VI Encontro Anual do Planejamento Estratégico aconteceu no dia 25 de agosto com o tema 'Grandes desafios: inovar é a estratégia'. Além do balanço de seis anos de planejamento, os participantes puderam analisar e votar no diagnóstico, iniciativa e indicadores de cada um dos 11 macrodesafios.

O evento foi aberto pelo Presidente do TJSE, Desembargador Cláudio Déda, que destacou que o encontro tem como objetivo principal continuar a construir as soluções que atendam os anseios da sociedade e de tornar o Judiciário sergipano ainda mais célere e eficiente. O Desembargador Luiz Mendonça, Presidente do Comitê Gestor do Planejamento Estratégico, também falou da importância do evento. "Nesse encontro analisamos o passado, constatamos o presente, e projetamos o futuro do Poder Judiciário sergipano", afirmou o Desembargador Luiz Mendonça.



Após um vídeo sobre os quatro anos de execução do PE, o representante da Rede de Governança do Conselho Nacional de Justiça e servidor do TJSE, Erick Andrade, explicou a formatação da Revisão da Estratégia do Judiciário Nacional. Na sequência, o Diretor de Planejamento, Rogério Guimarães, fez um balanço da Gestão Estratégica do TJSE. "Estamos analisando o que vem sendo feito para construirmos o planejamento dos próximos seis anos", informou Rogério.

A Pesquisa Anual de Satisfação com Jurisdicionados foi destacada com a apresentação dos resultados do ano de 2014. "Registrarmos que 86% dos entrevistados estão satisfeitos com o atendimento nas recepções dos Fóruns e 73% confiam na Justiça, número muito acima da média nacional, medida pela Fundação Getúlio Vargas, que é de cerca de 20%", informou Adriana Dias, servidora responsável pela análise dos dados da pesquisa.

A Juíza Coordenadora do

Durante o encontro, realizado no dia 25 de agosto, foi feito um balanço do primeiro Planejamento Estratégico do TJSE e, à tarde, houve o planejamento dos próximos seis anos. Participaram mais de 100 pessoas, entre magistrados, servidores e convidados

Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania, Dauquíria Ferreira, participou do encontro contando a experiência exitosa do *Arraiá do Limpa Nome*, como um dos métodos de solução alternativa de conflitos, um dos macrodesafios a serem atingidos pelo Judiciário até 2020. “Com essa ação pré-processual conseguimos atender a mais de quatro mil pessoas. Além de negociar, preparamos também apresentações sobre educação financeira, para que as pessoas aprendessem a usar o seu dinheiro”, disse a magistrada em sua apresentação.

O aprimoramento da gestão da Justiça Criminal e as ações para o cumprimento das Metas do CNJ para o ano de 2014 foram apresentados pela Juíza Auxiliar da Presidência, Elbe Carvalho e pelo Juiz Corregedor, Francisco Alves Júnior. Após o almoço, os participantes dividiram-se em mesas para analisar e votar no diagnóstico, iniciativa e indicadores de cada um dos 11 macrodesafios.

Em cada mesa, um magistrado atuou como facilitador das discussões e um secretário incluiu na urna do sistema eletrônico, já preparadas em notebooks, as notas de item por item. No diagnóstico, foram avaliadas as forças, fraquezas, ameaças e oportunidades. No item Iniciativa foram discutidos os projetos e as ações. Por fim, os indicadores mostraram como serão medidos cada macrodesafio entre 2015 e 2020.



Presidente do TJSE, Des. Cláudio Déda, conversa com o Des. Luiz Mendonça, Presidente do Comitê Gestor do Planejamento Estratégico



Rogério Guimarães, Diretor de Planejamento Estratégico do TJSE



À esquerda, Paulo Barros, Juiz Auxiliar da Presidência do TJPI e sua equipe



Grupos de trabalho diagnosticaram a situação do TJSE e avaliaram as principais metas a serem alcançadas até 2020

Visitantes

Participaram do encontro representantes de vários órgãos públicos, como Ministério Público e Defensoria Pública de Sergipe, que tiveram como objetivo conhecer o planejamento estratégico do TJSE. Um deles foi o Tribunal de Justiça do Piauí. “Estamos começando a elaborar nosso planejamento estratégico porque administrações anteriores não deram a devida importância a isso. Não existe gestão que possa prosperar sem planejamento. O que vocês estão fazendo aqui está de parabéns, inclusive as apresentações, que não deixaram o trabalho cansativo”, elogiou Paulo Roberto Barros, Juiz Auxiliar da Presidência do TJPI, lembrando que poucos Estados têm um planejamento estratégico em andamento há tanto tempo.

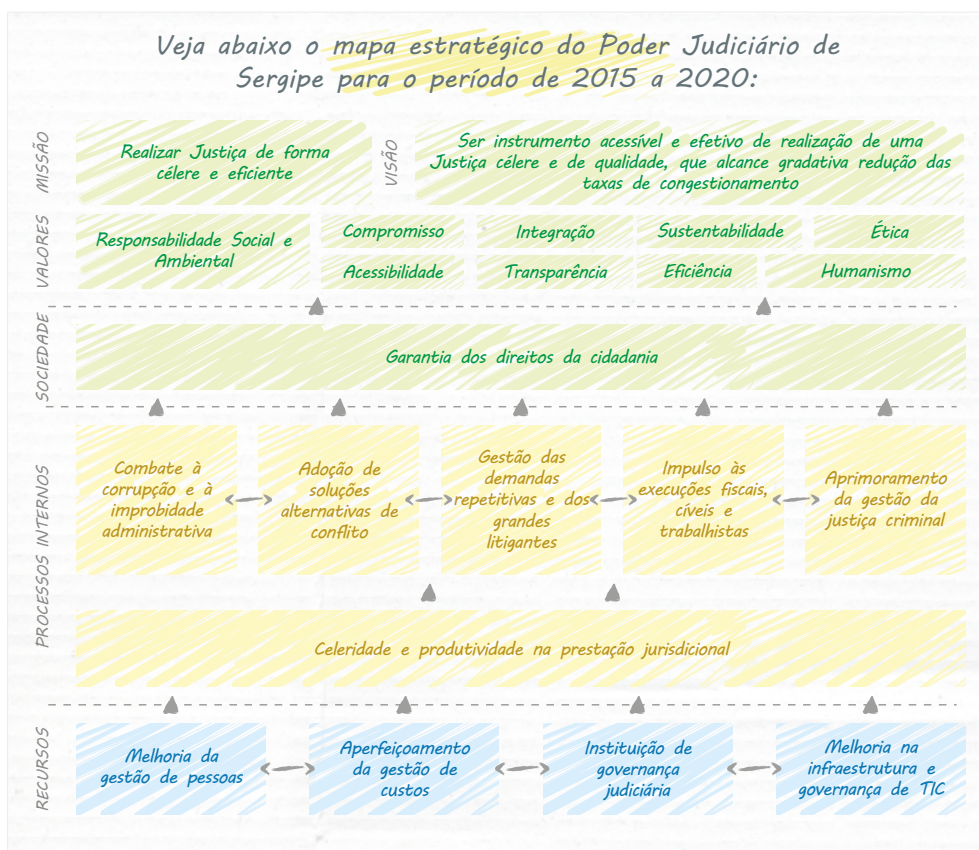
Apresentações

O VI Encontro Anual do Planejamento Estratégico do TJSE também contou com a apresentação cultural realizada pela Trupe Arte em Ação, que apresentou várias esquetes, a exemplo do ‘Expresso da Justiça’, trazendo a união, o equilíbrio e a inovação como elementos fundamentais para o sucesso do planejamento. A Diretoria de Comunicação do TJSE produziu e exibiu alguns vídeos, entre eles a campanha *Construção da Paz*, com temas relacionados à adoção, saúde, violência contra a mulher e preconceito.

Durante o evento, houve a exibição de vídeos elaborados pela Diretoria de Comunicação e também apresentações teatrais com temas relacionados à Justiça



Veja abaixo o mapa estratégico do Poder Judiciário de Sergipe para o período de 2015 a 2020:



Memorial do Judiciário realiza mostra fotográfica e lança revista

Fotos resgatam evento jurídico que aconteceu em 1979 e revista traz artigos científicos de 24 autores

Preservar a memória jurídica sergipana foi um dos objetivos de uma mostra fotográfica realizada pelo Memorial do Judiciário que resgatou imagens da *I Semana de Estudos de Direito Civil*, realizada em Sergipe em 1979. A exposição foi aberta no dia 14 de agosto e levou para o público cerca de 40 fotografias do evento, além textos informativos e históricos. O evento contou com a presença do Desembargador aposentado Artur Oscar de Oliveira Déda, que foi à época, durante a sua gestão como presidente do TJSE, coordenador da *I Semana de Estudos de Direito Civil*.

“É com muita alegria que vejo essa mostra, que retrata alguns aspectos da Semana. Considero o evento como um dos acontecimentos mais relevantes da minha administração no Tribunal, pois na oportunidade pudemos trazer a Sergipe grandes nomes do mundo jurídico nacional, para debater com os nossos operadores do Direito temas relevantes na área do Direito Civil”, completou o Desembargador Oscar Déda. O Presidente da OAB/SE à época do Seminário, Gilton Garcia, afirmou que com a exposição o Judiciário demonstra sua preocupação com a história jurídica de Sergipe.

Conforme Josevanda Franco, Diretora do Memorial e Curadora da Mostra, a ideia surgiu a partir do acesso que ela teve a um álbum de fotos de autor desconhecido. “Ao aprofundar a pesquisa, percebi a importância histórica do evento, que foi realizado em um momento de definições no campo do Direito Civil. Decidimos fazer a exposição como forma de resgatar a memória e dar visibilidade aos participantes do evento, que hoje são importantes integrantes do mundo jurídico sergipano”, explicou Josevanda.

Revista

A terceira edição da *Revista do Memorial do Judiciário* foi lançada no dia 26 de setembro, trazendo artigos de 24 autores. O objetivo principal da publicação é incentivar a produção intelectual e científica, além de estimular o diálogo entre pesquisadores que atuam em diferentes regiões do país, fomentando a interlocução entre distintas áreas da humanidade, com foco na divulgação de trabalhos sobre o Nordeste, especialmente sobre Sergipe.

“Eu discordo da tese de que a produção intelectual sergipana é endógena, ou seja,



Exposição fotográfica foi prestigiada por desembargadores, juízes e advogados que estiveram no evento de 1979. Já a revista contou com a participação de 24 autores

que só produzimos coisas provincianas. Esta revista mostra o contrário: vem dizer que os sergipanos escolhem a lente de Sergipe para pensar o Brasil e o mundo. Portanto, Sergipe não está descolado das discussões que movem o mundo”, afirmou Claudefranklin Monteiro, historiador e mestre em Educação, autor que colaborou para a revista.

Escola Judicial de Sergipe concede medalha a ex-diretores

Cerimônia foi prestigiada pelo Presidente do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura

“**A** Ejuse marca sua história com essa homenagem aos seus ex-diretores, pessoas que muito colaboraram para o crescimento da escola”. Foi assim que o diretor da Escola Judicial do Estado de Sergipe (Ejuse), Desembargador Osório de Araújo Ramos Filho, definiu a homenagem feita no dia 1º de setembro, quando ex-diretores receberam a *Comenda Medalha do Mérito Acadêmico Desembargador Artur Oscar de Oliveira Déda*. O Presidente do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (Copedem), Desembargador Antônio Rulli Júnior, do TJSP, compareceu ao evento e falou sobre ‘A importância das Escolas Judiciais no aperfeiçoamento da magistratura’.

O presidente do Copedem destacou que, atualmente, existem 31 Escolas Judiciais em 26 Estados. “Elas atendem plenamente às exigências da Escola Nacional de Formação e

Aperfeiçoamento de Magistrados, a Enfam. A formação para juízes e funcionários é permanente”, destacou o Desembargador Antônio Rulli Júnior. Ele lembrou que o Judiciário de São Paulo tem 55 mil funcionários e os cursos promovidos pela Escola Judicial ajudaram a melhorar o relacionamento dos servidores com advogados, com as partes, com os juízes e entre eles.

“É uma homenagem a todos aqueles que deixaram sua parcela de contribuição para que a escola realizasse sua grande missão, que é aprimorar a cultura do magistrado e o conhecimento dos servidores. Isso se reflete em uma boa prestação jurisdicional e Sergipe é conhecido em todo Brasil por isso”, destacou o Desembargador Osório de Araújo Ramos Filho, Diretor da Ejuse, que juntamente com o Desembargador Edson Ulisses de Melo, Vice-Presidente do



O Pres. do Copedem, Des. Antônio Rulli Júnior, do TJSP, à esquerda, abriu o evento e disse que a Ejuse cumpre as exigências da Enfam

TJSE, fez a entrega das medalhas.

A razão da escolha do nome da comenda se deve ao legado de serviços prestados pelo Desembargador Artur Déda para o fortalecimento do Poder Judiciário de Sergipe. “Ao longo da minha vida fui professor e juiz. Acho que uma atividade favoreceu muito a outra. A ligação do meu nome à medalha tem esse sentido de exaltar não apenas o professor,

HOMENAGEADOS



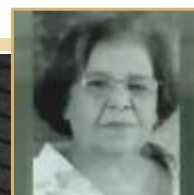
Desembargadores Artur Oscar de Oliveira Déda
1993



Desembargador Luiz Rabelo Leite (in memoriam)
1993 a 1996



Desembargador José Antônio de Andrade Goes
(in memoriam)
1996 a 1997



Desembargadora Madeleine Alves de Souza Gouveia
1997 a 1999

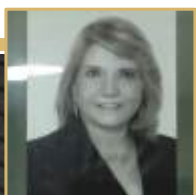


como também o juiz. Não sei se estou à altura da celebração, mas a recebo com muita alegria”, comentou o desembargador, primeiro diretor da escola, em 1993.

Já Desembargadora Clara Leite de Rezende, também homenageada, foi diretora da escola por três gestões: 2001-2003, 2003-2005 e 2009-2010. “A escola é o foro de formação do juiz e nada mais gratificante para um desembargador vocacionado ter a oportunidade de trabalhar nessa tarefa. Os anos nos quais fui diretora da escola me senti muito realizada porque pude oferecer um pouco dos meus ideais para a formação dos juízes”, revelou.

A homenagem

A comenda foi instituída em março deste ano com a finalidade de reconhecer o trabalho de pessoas que, com seu trabalho e desempenho, nos diversos campos das relações humanas, contribuem para o aperfeiçoamento da atividade social em seu sentido mais amplo. É uma forma de expressar o reconhecimento da Justiça sergipana àqueles que se dedicam ou se dedicaram a seu serviço, e é também um meio de o Judiciário estimular e valorizar seus magistrados, rendendo-lhes as devidas homenagens.



Desembargadora Marilza Maynard Salgado de Carvalho, Ministra do Superior Tribunal de Justiça 1999 a 2001



Desembargador Roberto Eugênio da Fonseca Porto 2005 a 2007 e 2007 a 2009



Desembargadora Clara Leite de Rezende 2001 a 2003, 2003 a 2005 e 2009 a 2010



Desembargador Osório de Araújo Ramos Filho 2010 a 2011 e 2014



Desembargadora Maria Aparecida Santos Gama da Silva 2011



Desembargador Cezário Siqueira Neto, Presidente do TRE/SE 2012 a 2013

DITADURA

REPORTAGEM

Janaina Cruz

FOTOS

Bruno César

EDITORACÃO

Eduardo Lins



Após 50 anos, arquivos são acionados para recontar a história do país

Comissão Nacional da Verdade desvenda desaparecimentos e Arquivo do Judiciário do TJSE colabora com investigações

O ano de 2014 é emblemático para a história do Brasil: há exatos 50 anos, os militares tomaram o poder e instalaram no país a ditadura, período de censura à imprensa, perseguição a comunistas, torturas e desrespeito aos direitos humanos. Para esclarecer casos de violência, reconstruir a história e, entre outros objetivos, colaborar para que seja prestada assistência às vítimas foi criada, em novembro de 2011, a Comissão Nacional da Verdade (CNV). Uma das linhas de atuação da comissão foi a pesquisa, realizada em instituições que guardam importantes documentos. O Arquivo Judiciário do Tribunal de Justiça de Sergipe foi um dos que contribuiu para esse trabalho.

“Recebemos o ofício da Comissão, através do Conselho Nacional de Justiça, em dezembro de 2013, pedindo que selecionássemos processos referentes a possíveis violações de direitos humanos que tramitaram no Judiciário sergipano no período de 1946 a 1988. A coleta de dados acerca de possível violação a direitos humanos foi executada com maestria por servidores da nossa Divisão de Memória”, explicou Bruno Dantas, diretor do Arquivo Judiciário do TJSE. O Tribunal decidiu que, até dezembro deste ano, os processos que foram separados

ficarão suspensos para consulta pública.

Conforme a chefe da Divisão de Memória Judiciária do Arquivo, Mayanna Scharff, foram separados cerca de 300 caixas, mais de cinco mil processos, sendo que 100 foram selecionados. A década de 60 foi a que concentrou a maior quantidade de processos que possam interessar à CNV. “Tivemos que ler da primeira à última página de cada processo e entender a linguagem da época. Às vezes, uma única palavra ou um trecho ínfimo foi o que nos chamou a atenção”, comentou a servidora. Até setembro, a CNV não tinha visitado o Arquivo Judiciário do

TJSE para analisar os processos separados, mas um dos membros da Comissão, Paulo Sérgio Pinheiro, destacou em um documento a importância dos Arquivos.

“A CNV estabeleceu rede de cooperação com os arquivos públicos e instituições de guarda responsáveis pela documentação das polícias políticas estaduais, como a dos departamentos e Delegacias de Ordem Política e Social, conhecidos como DOPS. A criação de comissões de reparação estaduais, bem como a instituição de órgãos como a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos e a Comissão de Anistia, contribuiu



Equipe do Arquivo Judiciário do TJSE analisou mais de cinco mil processos que foram instaurados entre 1946 e 1988

Diretor do Arquivo Judiciário, Bruno Dantas, explicou que o pedido da Comissão Nacional da Verdade chegou ao TJSE através do CNJ, em dezembro do ano passado



A chefe da Divisão de Memória Judiciária do Arquivo, Mayanna Scharff, disse que os processos foram lidos com muita atenção para detectar violação dos direitos humanos



Processos estão à disposição da Comissão Nacional da Verdade até dezembro deste ano



fortemente para a sistematização de acervos, bem como para a reescrita da história política do país. Os acervos constituídos por essas comissões são fundamentais para as pesquisas conduzidas pela CNV, pois representam a materialidade da voz das vítimas”, enfatizou Paulo.

Segundo a Professora Doutora Célia Costa Cardoso, do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe e especialista em Ditadura Militar no Brasil, a luta pela abertura dos acervos da repressão é longa, iniciou-se nos anos 80 através das organizações de Direitos Humanos, Ordem dos Advogados do Brasil, Associação Brasileira de Imprensa (ABI), por membros do projeto *Brasil Nunca Mais* e associações de familiares dos mortos e desaparecidos políticos.

“A necessidade de encontrar os culpados pelos

crimes cometidos pelo Estado (torturas) gerou pressão para que os governantes permitissem a consulta da documentação produzida pelos órgãos de segurança e repressão. Apesar de muitos documentos terem sido destruídos ou ocultados, alguns casos de mortos e desaparecidos foram solucionados com o acesso a alguns documentos e a descoberta de centros de tortura e cemitérios clandestinos”, disse a professora.

Para Célia Cardoso, as fontes do Poder Judiciário são essenciais para o acompanhamento da rotina do preso, para o conhecimento dos diversos discursos e saberes e principalmente para analisar a ação do Estado no tratamento ao réu. “A abertura do acervo do TJSE, portanto, é um ato de cidadania, porque garante o acesso à informação, segundo a Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, e permite elucidar e divulgar histórias dos tempos ditatoriais. Para nós, pesquisadores, significa trilhar por diversas possibilidades”, concluiu a professora.

Somente no primeiro ano de atuação, a CNV conseguiu coletar 268 depoimentos, sendo 207 de vítimas civis e testemunhas, 37 de agentes colaboradores do regime e 24 de vítimas militares. O mandato da Comissão Nacional da Verdade termina em 16 de dezembro deste ano e a previsão é que o relatório final seja entregue seis dias antes. As denúncias ainda podem ser realizadas por meio do site da CNV, para a Ouvidoria, através do endereço: www.ouvidoria.cnv.gov.br.

RESULTADOS

Comissão Nacional da Verdade identifica primeiro desaparecido político

Exumação foi feita em 2013 e família pôde enterrar o corpo do comunista maranhense em agosto deste ano



Um laudo solicitado pela Comissão Nacional da Verdade ao Instituto Médico Legal de Brasília comprovou que os restos mortais exumados do Cemitério Campo da Esperança, em 24 de setembro de 2013, eram do sapateiro e líder comunista maranhense Epaminondas Gomes de Oliveira. Ele foi morto aos 68 anos, sob custódia do Exército, no antigo Hospital de Guarnição de Brasília, atual Hospital Militar de Área de Brasília, em 20 de agosto de 1971. Epaminondas foi o primeiro desaparecido político identificado pela CNV.

Segundo depoimentos colhidos pela CNV, após ter sido torturado numa área do DNER localizada na estrada entre Porto Franco, cidade onde vivia, e Imperatriz, ambas no Maranhão, Epaminondas foi levado a Brasília, onde permaneceu preso, foi novamente torturado no Pelotão de Investigações Criminais (PIC) e morreu. Até chegar aos restos mortais de Epaminondas, a CNV colheu 41 depoimentos sobre o caso e a *Operação Mesopotâmia*, durante a qual ele foi preso, em Brasília, no Maranhão e em Tocantins.

O laudo da exumação feita este ano,

após intervenção da CNV, detalha os cinco principais pontos que permitiram aos legistas do IML concluir que os restos mortais eram mesmo de Epaminondas: perfil biológico, sobreposição crânio fotográfica, restauração dentária, fitas compatíveis com esparadrapos envolvendo os tornozelos e punhos do cadáver e aspecto do esqueleto. A família de Epaminondas Gomes de Oliveira pôde enterrá-lo, finalmente, em 31 de agosto deste ano, no cemitério Jardim da Saudade, em Porto Franco (MA), ao lado da esposa, Avelina da Cunha Rocha, falecida em 2004.

Ângela, neta de Epaminondas, filha de Epaminondas Rocha, leu a mensagem da prima Régia Maria de Oliveira Souza, que vive em Belém e não pôde estar presente. “Nosso avô nos ensinou com a sua vida o mesmo que ele aprendeu com o Criador, doar a vida pelos amigos, mesmo que causasse dores. Ao não fugir da luta, mesmo ela sendo desigual. Por isso, hoje, estamos recebendo por ele a Justiça, afinal. Que outras famílias tenham a oportunidade de saberem pelo menos a verdade do paradeiro de seus entes queridos”, escreveu a prima.



MEMÓRIA

Advogado sergipano foi preso e torturado várias vezes

Wellington Manguiera conta as dificuldades que enfrentou por ser do Partido Comunista Brasileiro e diz que relembrar o passado é exorcizar fantasmas

Cuidar do programa de rádio da escola, promover o esporte, a cultura e o turismo entre os estudantes, e também – por que não? – discutir os problemas sociais do país eram as principais preocupações dos jovens que participavam do Grêmio Cultural Clodomir Silva, do Colégio Atheneu Sergipense, em 1964. “Eu era um garoto. Sabíamos que havia uma tentativa de golpe, porém achávamos que não iria para frente, pensávamos que éramos mais fortes. No dia 31 de março o golpe nos alcançou, de manhã cedo. Soubemos de algumas prisões e fomos para o grêmio”, lembrou o advogado Wellington Manguiera, então presidente do grêmio.

Os estudantes partiram para a Assembleia Legislativa, de onde foram expulsos “debaixo de chutes”. Logo, viram militares com armas em punho tomarem a praça Fausto Cardoso e, dias depois, acompanharam a cassação de alguns deputados. “O sentimento foi de revolta e tristeza”. No Dia do Estudante, 11 de agosto, quando se homenageia também os advogados e cursos jurídicos, houve um ato no cinema Vitória e logo a movimentação política dos alunos chamou a atenção da então diretora do Atheneu. “Ela deixou um militar de alta patente fazer uma palestra no colégio e tínhamos que levantar a mão para defender o Brasil dos comunistas. Aquilo doeu na alma e alguns não levantaram a mão. Então, a diretora escolheu seis alunos, todos da direção do grêmio, para expulsar da escola”.

Foi nesse episódio que Wellington Manguiera começou a sentir as primeiras consequências da ditadura. “Ela não podia dizer que éramos indisciplinados porque fazíamos diversas campanhas em prol da escola, mas disse poderíamos causar subversão”. O caso da expulsão foi parar no Judiciário e, meses depois, ele conseguiu voltar à escola. Ainda nos primeiros dias do retorno, foi levado para o 28º Batalhão de Caçadores, em Aracaju, para prestar depoimento e de lá para o Campo da Pólvora, na 6ª Região Militar, em Salvador. Foram mais de 25 dias preso, sem maiores explicações. Em 3 de janeiro de 1966, já com o ensino médio concluído, Manguiera ingressou no Partido Comunista do Brasil (PCB).

Já na faculdade de Direito, ele chegou à presidência do Centro Acadêmico Sílvio Romero e marcou presença na trigésima edição do Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), em Ibiúna (SP). Naquele evento, no dia 13 de outubro de 1968, mais de mil jovens foram presos, entre eles Wellington Manguiera e a então namorada Laura Marques. “Em uma cela que caberiam dez, estavam 50. A única coisa que podíamos discutir era quanto tempo cada um ficaria deitado. Foram presos líderes da UNE, a exemplo de Zé Dirceu”. Foram cerca de dez dias nessa situação, até que ele e mais dez sergipanos foram soltos.

Outras prisões aconteceram, em

Aracaju, em 1968 e 1969. Em 1971, já casado com Laura, Wellington Manguiera passou a viver clandestinamente no Rio de Janeiro. De lá, o casal foi para o exílio, em Moscou. “Foi o melhor momento das nossas vidas. Estudamos filosofia e a forma dialética de interpretar o mundo. Praticamos esportes, frequentamos o teatro e fomos muito bem tratados pelo povo soviético, que sabia das violências praticadas no Brasil”. O casal recebeu a informação que tinha sido absolvido das acusações pelo Superior Tribunal Militar e, em 1973, voltou ao Brasil. Era uma armadilha. “Fui preso na minha própria casa”.

“De Aracaju fui transportado para Bahia, onde fui barbaramente torturado. Inclusive com afogamento artificial, em pau de arara. Queria saber como eu tinha saído do país, quem eram meus companheiros. Não falei nome de ninguém, apesar de conhecer todos. Laura também foi torturada com requintes de crueldade. Depois me enviaram para Brasília, onde recebi choques. Criei mecanismos de defesa na minha mente, tentei me autoenlouquecer”. O casal ficou preso mais de 30 dias e foi libertado diante da promessa de apresentação no quartel. Ele decidiu não se apresentar, avisou ao partido e voltou ao Rio de Janeiro com a esposa, em uma viagem marcante em um fusca comprado pela irmã de Wellington e dirigido por um jovem comunista.

“Tive que engolir uma oração que ganhei da minha tia, um Salmo que dizia meus inimigos terão olhos e não me verão.”

Wellington Mangueira, advogado

“Eu e Laurinha estávamos liquidados, à base de remédios. Ela já estava grávida. Tínhamos duas alternativas: ficar em um escritório de advocacia ou sair do país com documentos falsos”. A segunda opção não foi bem-sucedida. O casal acabou preso no Rio Grande do Sul, quando tentava viajar para o Chile. “Tive que engolir uma oração que ganhei da minha tia, um Salmo que dizia ‘meus inimigos terão olhos e não me verão’”. O casal foi levado para o Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) de Porto Alegre (RS), onde ficou por diversas semanas.

Para Wellington, aqueles foram os piores dias: um militar o levou para o alto de um prédio e ameaçou jogá-lo de lá. Depois, o advogado viu a esposa grávida amarrada em uma mesa de tortura. “Chorei abafado, uma dor profunda, um dos piores momentos que passamos. Fizeram esse sadismo todo e cada um foi para sua cela. Fomos transportados em um avião militar para o Rio de Janeiro. Nossa prisão não foi noticiada. Depois de muito tempo, colocaram a gente em um ônibus de volta para Sergipe”. O casal teve a primeira filha, Iracy Mangueira, e acabou sendo preso outras vezes.

A última prisão aconteceu em 1982, durante um congresso do PCB em São Paulo. Em Aracaju, o advogado conseguiu refazer a vida com a ajuda de amigos, especialmente o médico Antônio Garcia Filho e o então diretor do Clube Cotinguiba, Cássio Barreto. “Quando Tancredo Neves lutava pelas Diretas, apareceu a foice e o martelo. Novamente, houve ondas de carros do Exército passando em frente à minha casa e ao Cotinguiba. Advogados me elegeram Conselheiro Federal da OAB, uma forma de proteção dos meus colegas”. Hoje, ele conta que já recebeu um pedido de desculpas oficial do governo, mas acredita que isso e as indenizações não são suficientes. “Os torturadores deveriam, pelo menos, confessar as misérias que fizeram,



serem punidos e apontar onde estão os corpos das pessoas que eles mataram e esconderam”.

Sobre o futuro e o papel do jovem na sociedade, o advogado diz que é otimista. “A juventude deve se mirar nos exemplos do passado, estudar a

história da humanidade e ver que há uma saída. O Brasil tem um potencial de riqueza capaz de alimentar o mundo. O que falta é cultura, estudo, dignidade e dirigentes honestos. É possível vencer sim, mas pela educação”.

DEPOIMENTO

“Naquela época, éramos pessoas não gratas”

A Juíza Iracy Manguiera, filha do advogado Wellington Manguiera, revela como foi conviver com o medo de ver o pai e a mãe perseguidos pela ditadura

Juíza Titular da Comarca de Gararu (SE), Iracy Ribeiro Manguiera Marques, pode dizer que viveu os anos de chumbo da ditadura militar desde o ventre de sua mãe. Laura Marques foi torturada pelos militares durante a gravidez, em 1973, no DOI-CODI de Porto Alegre. Ainda criança, Iracy conviveu com o medo provocado pelo regime ditatorial, mas apesar disso, seguiu os passos do pai e foi também líder estudantil, chegando à presidência do grêmio do Colégio Atheneu. Neste depoimento, ela fala sobre os sentimentos da época e as lições que ficaram. Confira:

“Imaginar que estava na barriga da minha mãe quando ela foi torturada me remete a um momento de grande dor da história pessoal dos meus pais e política deste país. Não gosto muito de lembrar, porque foram momentos difíceis. Ir para escola e não saber se iria encontrar meus pais na volta para casa. Tinha muito medo que, no meu retorno, eles não estivessem lá. E muitas vezes meu pai não estava.

Meus avós e minhas tias (Eda, Wilda e Wilna) tinham muito medo que me levassem também. Comentavam, à boca miúda, que tinham recebido telefonemas com ameaças. Lembro de minha tia Eda

dizendo que eu não devia fazer comentários no colégio. Lembro também da última prisão do meu pai. Já morávamos em um modesto apartamento no Conjunto Beira Rio e me recordo de ter acordado no meio da noite e ter visto alguns amigos e familiares na minha casa e o comentário que meu pai tinha sido preso em um congresso do Partido Comunista Brasileiro.

Foram anos verdadeiramente de chumbo. Hoje a história é reverenciada e nós que a vivenciamos de perto, sentimos muito orgulho de ter contribuído para a construção desta democracia. Esta reverência é um importante resgate histórico e também um resgate da autoestima dos presos políticos e anistiados. Naquela época, éramos pessoas não gratas. Não cabíamos em muitos espaços sociais. As pessoas tinham muito medo da truculência da repressão. Os regimes de terror não possuem limites éticos e todo o país sofria muito.

Penso que não há valor maior do que a liberdade de pensamento e expressão. Precisamos aprender a viver esta democracia, escrita com o sangue de verdadeiros heróis. Precisamos tomar consciência do importante instrumento que

conquistamos e construir um país onde o justo, o bom e o ético prevaleçam sempre.

Eu sou fruto desta história e quem conhece os meus pais, Wellington Manguiera e Laura Marques, sabem que eles contribuíram muito para a minha formação pessoal. O humanismo para nós é uma exigência existencial. Aprendi isto com eles, com os referenciais teóricos que me apresentaram e, sobretudo, com o carinho com que fui criada pelas minhas tias e pelos meus avós Alvarim Manguiera Marques e Iracy Dantas Marques.

Muitos dos que se surpreendem com a forma humana, solidária, justa e desprendida do meu pai, quando ele sempre coloca o outro acima de seus interesses e vontades pessoais, não se surpreenderiam tanto se também tivessem conhecido o meu avô. Acredito que, apesar da militância política tão marcante, o que sempre manteve a fidelidade do meu pai aos seus ideais foi a forma ética com que foi educado naquela família de justos”.



ENTREVISTA

“Rememorar o passado significa não esquecê-lo, para que ele não volte mais”

Professora da UFS especialista em ditadura militar analisa as consequências do regime para o Brasil



Especialista em História do Brasil República, com ênfase na ditadura, a Professora Doutora Célia Costa Cardoso, do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe, fala, nesta entrevista, como o golpe militar afetou a vida dos brasileiros e as consequências sentidas até hoje. Para ela, apesar de toda a liberdade de expressão vivida atualmente, ainda há práticas autoritárias de subordinação. Autora do livro ‘O Estado de São Paulo sob os governos militares: 1963-1983’, lançado pela Editora UFS, como também de vários artigos sobre o tema, a exemplo de ‘Políticos cassados no Estado de Sergipe em 1964’, a professora acredita que os jovens do século XXI têm outras ideologias e empunham novas bandeiras, como a preservação do meio ambiente, conquistas femininas, étnicas e culturais. Confira a entrevista.

REVISTA JUDICIARIUM – *Passaram-se 50 anos do primeiro golpe militar e 25 anos da democratização do país, o que é relativamente muito pouco em termos de história. Mas, mesmo assim, a ditadura ainda é um fato muito presente, estudado, comentado. Por quê?*

CÉLIA CARDOSO – A instauração de uma nova

ordem em 1964 foi marcada pelo autoritarismo e ausência de liberdade. Ao longo de cerca de 21 anos de governos militares, a sociedade brasileira conviveu com uma legislação repressiva, que censurava, perseguia opositores e dificultava o acesso à informação. Essa ameaça constante de perseguição por equipes dos órgãos de segurança e repressão, como DOPS e Doi-Codi, restringiu a atuação política dos cidadãos, principalmente de setores dos trabalhadores e das classes médias urbanas, como estudantes, intelectuais, clero progressista e profissionais liberais. A onda de insatisfação foi crescente, inclusive entre aqueles que apoiaram o golpe civil militar. A situação foi agravada com o desconhecimento de fatos importantes, constantemente denunciados por ex-presos políticos e divulgados na imprensa nacional e internacional. A partir de 1979, com a Lei da Anistia, parcial e restrita, pois não atingia todos os casos de perseguição e exílio, além de beneficiar agentes da repressão, houve uma expansão do mercado editorial voltado para a produção memorialística, que já vinha se desenvolvendo na

clandestinidade. O desejo de conhecer fatos obscuros e não esclarecidos pelo poder público fortaleceu o mercado editorial, que se mantém aquecido até os dias atuais. Essa produção de obras de memórias de opositores gerou, em contrapartida, uma produção memorialística dos militares ou de autoridades dos setores administrativos do governo, com a finalidade de se contrapor ou justificar suas ações. Os depoimentos orais ou escritos dos testemunhos tornaram-se as primeiras fontes para consulta do público e dos analistas como os historiadores, quando ainda vigorava a proibição a quase todos os acervos repressivos. Muitos grupos políticos e sociais da atualidade, ainda, lutam pela consolidação da democracia e pelo fim dos resquícios ditatoriais nas instituições brasileiras. Nesse sentido, rememorar o passado significa não esquecê-lo, para que ele não volte mais. Não se deseja mais um projeto de desenvolvimento baseado na exclusão social e no autoritarismo como ideal de organização política.

JUDICIARIUM – *Como a senhora analisa o trabalho da Comissão Nacional da Verdade? Como depoimentos sobre alguns*

“O maior acesso à informação no século XXI não significa liberdade total, como ingenuamente se imagina.”



fatos podem mudar a vida das vítimas e familiares ou até mesmo influenciar a história política e social da atualidade brasileira?

CC – Essa Comissão é muito importante, apesar das críticas, para que a sociedade tome conhecimento dos prejuízos causados pelo regime ditatorial. Além disso, ela fomentou entidades sindicais, empresas e outras organizações não governamentais a criarem suas próprias comissões. Essa proliferação de Comissões da Verdade corrobora denúncias e elucida casos de mortos e desaparecidos políticos, atendendo às solicitações de seus familiares. Mesmo não tendo o poder de julgar, ela exige que o Estado brasileiro se responsabilize pelos seus crimes e indenize pessoas e familiares que sofreram as arbitrariedades do regime.

JUDICIARIUM – Naquela época, a informação sofria com a censura, bem diferente de hoje, quando tudo está na internet e as notícias correm rapidamente. As pessoas não podiam sequer se reunir. Como podemos, tendo os exemplos do que ocorreu durante a ditadura, aproveitar esse momento de liberdade de acesso à informação e liberdade de expressão?

CC – Os limites impostos à participação política e a instauração da censura pós-

1964 trouxeram muitos prejuízos à sociedade brasileira. A ‘cultura do medo’ difundiu-se pela sociedade e, sobretudo, entre os que pensavam um novo projeto de Estado. A principal consequência deixada para a sociedade na atualidade foi a manutenção de práticas autoritárias de subordinação, que ainda restringem os canais de participação e dificultam a efetivação dos princípios democráticos. O maior acesso à informação no século XXI não significa liberdade total, como ingenuamente se imagina, além das regulamentações dirigidas ao setor; alguns mecanismos de vigilância e coerção não desapareceram. No entanto, a existência de novas tecnologias favorece a criação de novas formas de mobilização e permite a divulgação acelerada e em cadeia mundial, de lutas locais ou nacionais. O uso da internet de forma positiva pode ser mais um recurso aliado da criação e das lutas sociais, que não aceitam a condição de ‘arcaísmo como projeto’ do Brasil.

JUDICIARIUM – A senhora acha que os jovens de hoje são um pouco apáticos quando se trata de política se comparados aos daquela época, que lutaram por um ideal?

CC – Nos anos 60 e 70, os centros acadêmicos e diretórios estudantis mobilizaram os estudantes secundaristas e universitários para exigir dos governantes reformas educacionais, liberdade de expressão e o fim da ditadura. Os setores mais intelectualizados da sociedade tornaram-se os alvos principais dos órgãos de repressão, principalmente porque tinham

pensamento crítico e queriam mudanças para o país. Alguns jovens opositores ingressaram nas organizações armadas e participaram das guerrilhas, urbana e rural. Em decorrência disso, muitos jovens, de faixa etária em torno de 15-25 anos, foram presos, torturados e mortos, como Honestino Guimarães, estudante da UnB, que soma as estatísticas dos desaparecidos políticos. Além desses opositores, existiram também estudantes típicos ou comuns, que apenas desejavam estudar e obter um título universitário, mantendo-se distante dos conflitos políticos. Outras lideranças apoiaram a ditadura, inclusive integrando o CCC (Comando de Caça aos Comunistas), como alguns estudantes do curso de Direito da Universidade Mackenzie (SP). A juventude do século XXI, contudo, tem muito mais acesso à educação formal e também expressa diversas vertentes político-ideológicas. No entanto, percebe-se uma preocupação maior com a preservação do meio ambiente, com a manutenção e ampliação das conquistas femininas, étnicas e culturais. Há, ainda, uma valorização maior da diversidade e da tolerância. O uso de novas tecnologias permitiu um maior acesso às informações, gerando novas necessidades e novas formas de mobilização. As jornadas de junho-julho de 2013/2014 mostraram as insatisfações dos jovens, que lutaram e lutam por melhorias na qualidade dos serviços públicos (transporte, educação, saúde, etc.), tendo como principal reivindicação uma organização social que garanta de fato e de direito a inclusão social e o exercício pleno da cidadania.

“A ‘cultura do medo’ difundiu-se pela sociedade e, sobretudo, entre os que pensavam um novo projeto de Estado.”

'Ditadura, testemunhos e reflexões' é tema do XV Encontro Sergipano de História

Promovido pelo Departamento de História e programa de pós-graduação em História da UFS, encontro acontecerá de 10 a 13 de novembro

O XV Encontro Sergipano de História deve reunir pesquisadores, professores e estudantes com o intuito de debater os 50 anos do Golpe Civil-Militar do Brasil (1964), bem como apresentar reflexões sobre os desdobramentos da queda das ditaduras brasileira (1985) e portuguesa (1974). Ao ampliar a perspectiva, o encontro pretende trazer à tona não só a discussão sobre os processos de redemocratização, mas também o debate sobre as lutas de libertação nacional, a construção dos Estados-nação,

o neocolonialismo e as novas formas de imposições externas criadas pela economia globalizada, multipolar e tecnológica.

No que tange à ditadura brasileira, tendo-se em vista as dificuldades de acesso aos acervos dos órgãos de repressão, é essencial ouvir os testemunhos daqueles que vivenciaram (e sofreram) a implantação e funcionamento do regime autoritário no Brasil e, particularmente, em Sergipe, pois através da reconstrução das lembranças do passado, dão um novo significado à relação Estado e Sociedade.

Como pano de fundo, o encontro pode contribuir para o fomento de uma participação mais efetiva de grupos sociais e políticos na construção de uma sociedade de Direitos. A luta pela consolidação da democracia no Brasil, em Portugal e nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOPS), passa necessariamente por uma política de memória de reparação após anos de ditadura, exclusão política e conflitos armados. Desse modo, o encontro aborda temáticas diversificadas que visam atender os interesses dos graduandos, pós-graduandos, professores do ensino fundamental e médio e o público em geral.



Fala de Castelo Revela: Revolução
Ainda Pode Durar Mais Quatro Anos

Sergipe Jornal

10 DE NOVEMBRO DE 1964, (2a. FASE) N. 14.346

NA 2a- PAG 50

CRUZINHAS

‘Fazendo a Diferença’ recebe artigos sobre violência doméstica contra mulher

Os trabalhos do projeto foram inscritos nas modalidades pesquisa, discussão teórica e relatos de experiências



PROJETO FAZENDO A DIFERENÇA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER

A Coordenadoria da Mulher do Tribunal de Justiça de Sergipe, em parceria com o Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares Sobre a Mulher e Relações de Gênero (NEPIMG) da Universidade Federal de Sergipe (UFS), selecionou artigos científicos sobre o tema ‘Violência doméstica contra a mulher’, com enfoque nas relações de gênero, nas ações para o enfrentamento desse tipo de violência, na legislação e intervenção do Judiciário. Através do projeto *Fazendo a Diferença*, foram apresentados trabalhos nas modalidades: pesquisa, discussão teórica e relatos de experiências.

“Este ano, fizemos um piloto do projeto, mas pretendemos dar continuidade a ele, tanto que a segunda edição já está no calendário de 2015 das ações que serão desenvolvidas pela Coordenadoria da Mulher”, ressaltou a Juíza Adelaide Moura, lembrando que o projeto *Fazendo a Diferença* foi criado para contribuir com a melhoria dos

serviços jurisdicionais prestados aos envolvidos, no contexto da violência doméstica e familiar contra a mulher, a partir de uma perspectiva de valorização das ações desenvolvidas pelos servidores e magistrados do Poder Judiciário sergipano.

Desse modo, a ideia é incentivar práticas profissionais que possam minimizar os efeitos da violência doméstica e familiar contra a mulher. Os trabalhos inscritos foram submetidos a uma Comissão Científica que considerou os seguintes critérios: pertinência do trabalho em relação ao tema; clareza e coesão na comunicação; fundamentação teórico-metodológica; contribuição da produção para a área temática; adequação às normas científicas para apresentação de trabalhos.

Confira nas próximas páginas um resumo dos artigos selecionados.

Capacitação, prevenção e repressão: viver sem violência é um direito de todas as mulheres



Camila da Costa Pedrosa Ferreira

Tendo em vista a campanha dos '16 dias de ativismo', criada para denunciar as várias formas de violência e promover a luta pela não violência às mulheres do mundo inteiro, foi desenvolvido no ano de 2013 o projeto *Capacitação, prevenção e repressão: viver sem violência é um direito de todas as mulheres*. O projeto visa, através de um certame cultural, promover a divulgação da Lei Maria da Penha, objetivando prevenir e reprimir a violência doméstica.

Tratando-se de prevenção, percebe-se a escola e seus atores como espaço para realização do intento, tendo a educação como estratégia basilar, já que os professores são verdadeiros multiplicadores de conhecimento, exercendo um papel importantíssimo na formação integral do ser humano.

Assim, foram escolhidos os alunos da rede pública municipal e estadual das escolas localizadas no município de Tobias Barreto/SE, como público-alvo para realização de um concurso de redação, estimulando-os a refletir e repensar a questão de gênero, as atitudes em relação ao feminino e masculino e como se dá a violência doméstica familiar contra a mulher. E, uma vez conscientes de tal problemática e de que existe um instrumento de combate a este tipo de violência (Lei Maria da Penha), passem a ser verdadeiros agentes propagadores da referida lei para seus familiares, amigos e conhecidos, bem como na sua comunidade.

Contudo, como trabalhar essas crianças e adolescentes quando, muitas vezes, professores também não foram estimulados a pensar sobre esses assuntos? Como auxiliar na mudança se os próprios educadores não estão capacitados a lidar com tal temática? Como modificar antigos paradigmas acerca da violência doméstica?

Diante de tal cenário, surge a proposta de parceria entre o Poder Judiciário e o Poder Executivo local, através do Centro Regional Especializado de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (CREAM) e a Secretaria Municipal de Educação de Tobias Barreto/SE.

Objetivos

- a) Facilitar a divulgação da Lei Maria da Penha conscientizando a comunidade, através dos professores e alunos, os quais foram capacitados para lidar com a matéria, de que existe um instrumento de combate à violência doméstica, inclusive, explicando, passo a passo, o que deve ser feito em tais circunstâncias;
- b) Permitir a identificação, através dos trabalhos realizados pelos alunos, da existência de violência doméstica no ambiente familiar destes, possibilitando a atuação imediata da rede de apoio disponível no Município de Tobias Barreto/SE e do Poder Judiciário local;
- c) Despertar a sociedade civil acerca da necessidade de participar, de alguma forma, na luta pelo combate à violência contra a mulher, modificando aquela antiga premissa do tão pronunciado dito popular de que "em briga de marido e mulher ninguém mete a colher";
- d) Valorizar a cultura da paz no ambiente escolar e combater a violência de um modo geral, através de ações de combate à violência contra a mulher.

Etapas de funcionamento da prática

Preparação: formação das parcerias; definição das premissas do projeto; preparação e confecção das cartilhas e mídias; elaboração do regulamento do concurso de redação, cujo tema escolhido para o ano de 2013 foi 'Viver sem violência é um direito de todas as mulheres'.

Realização: treinamento, com a presença de aproximadamente 320 professores integrantes da rede pública municipal e estadual, nos turnos da manhã (ensino fundamental) e tarde (ensino médio), no auditório paroquial da cidade de Tobias Barreto. Diante da dificuldade de nivelar os estudantes, foram definidas como categorias participantes do concurso de redação os alunos do 6º e 7º anos (1ª categoria), do 8º e 9º anos (2ª categoria) e do ensino médio (3ª categoria), com premiações para os três primeiros colocados de cada grupo, contudo, todos os professores, bem

como a totalidade dos alunos, tiveram a oportunidade de adquirir conhecimentos acerca da violência doméstica. Em seguida, os professores trabalharam o tema com seus alunos em sala de aula, as redações foram confeccionadas, num total de 2.250, sendo 75 selecionadas e submetidas ao crivo de uma comissão. Dentre as redações corrigidas, foram identificados 12 casos em que os alunos narraram ter vivenciado e sofrido com a violência doméstica familiar, sendo um deles encaminhado ao CREAM, já que a aluna/vítima estava sofrendo violência psicológica e moral de seu genitor. Selecionadas as melhores redações, foram enviados esforços no sentido de arrecadar fundos para adquirir os prêmios, sendo para os primeiros lugares de cada categoria oferecido um *notebook*, para os segundos lugares um *tablet* e para os terceiros lugares um *smartphone*. O palestrante escolhido para o evento de premiação foi o Juiz de Direito do TJSE e Mestre em Direitos Humanos pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), Edinaldo César Santos Júnior, com o tema 'A violência doméstica e a importância do engajamento da sociedade civil e organizada'.

Divulgação/finalização: impressão dos folderes e dos convites; culminância do projeto com o evento realizado no Fórum de Tobias Barreto/SE no dia 11 de dezembro de 2013, ocasião em que, além da exposição do Juiz Edinaldo César Santos Júnior, foram lidas as redações e entregues as premiações aos alunos e professores.

Desprodução/avaliação: agradecimentos; avaliação conjunta das parcerias do projeto; aplicação dos questionários junto às escolas, cujas respostas, validaram a iniciativa, ao tempo em que destacaram que os efeitos do projeto entre os alunos estão sendo duradouros. Merece destaque um episódio de violência ocorrido na Escola Municipal Pedro Izídio de Oliveira. Discorreu a diretora: "lembro de uma vez, quando um menino deu um murro nas costas de uma menina, os outros alunos vieram me contar e estavam indignados e até lembraram que não se bate em mulher...".

Resultados

A partir do projeto foi possível identificar casos de violência doméstica no ambiente familiar dos alunos, possibilitando a atuação imediata do Centro Regional Especializado de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (CREAM) e, conseqüentemente, do Poder Judiciário. Ademais, os alunos se tornaram verdadeiros agentes de combate à violência doméstica, seja em seu lar, com os amigos, bem como junto à comunidade. Outro ponto que merece destaque foi a adesão dos professores ao projeto, os quais se sentiram valorizados, e alguns, inclusive, desenvolveram atividades extras àquelas propostas no material entregue.



É importante salientar, por oportuno, que a comunidade tobicense somou-se ao projeto, validando e acreditando no trabalho realizado pelo Poder Judiciário, seja com a doação de brindes e/ou dinheiro para a premiação dos alunos, bem como disponibilizando seus serviços.

A prática ora descrita foi selecionada e concorre ao *Prêmio Inovare 2014*, na categoria Juiz Individual, tendo como uma de suas principais características, a possibilidade de replicabilidade já que pode ser implementado em qualquer município, inclusive, com temática diversa a depender da necessidade local.

Camila da Costa Pedrosa Ferreira
Juíza de Direito da 1ª Vara Cível de Lagarto/SE.

A relevância do Poder Judiciário como instrumento de efetividade da Lei Maria da Penha



Patrícia Cunha Paz Barreto de Carvalho

O escopo instrumentalizador da Lei Maria da Penha se revela a partir da criação de mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, dentre os quais a especialização da prestação jurisdicional quanto ao estabelecimento de medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de vulnerabilidade.

A “expressão” prevenir revela a preocupação com ações educativas, informativas e sociais. Por outro lado, coibir não significa apenas a punição do agressor penalmente ou a repressão de sua conduta através do tratamento penal dispensado às agressões criminalizadas, mas sim evitar a continuidade da violência através de mecanismos diversos, penais e não-penais, voltados ao agressor, à vítima e aos demais atores envolvidos no conflito familiar onde a prática violenta ocorreu.

Percebe-se que, neste ponto, andou bem a legislação ao apontar os mecanismos e estratégias para a contenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, tanto em relação ao seu aspecto preventivo quanto ao repressivo.

Contudo, não basta somente a legislação, sendo necessária também a integração dos serviços de assistência social, saúde e justiça, além da implementação das políticas públicas aventadas na própria lei.

O tema da violência doméstica é social, público, político e internacional, afeto aos direitos humanos e como tal deve ser tratado pelo Estado, pela sociedade e pelos órgãos incumbidos de intervenção, seja na sua forma preventiva ou repressiva, seja assistencial ou punitiva. É um compromisso que deve ser encarado para o fim de uma mudança de mentalidade cultural.

Em sintonia com este espírito é que, a partir da notícia de que há uma situação pertinente à lei em destaque, o magistrado deve perquirir acerca da existência de violência de gênero e suas nuances, sempre partindo do exame do caso concreto, a fim de averiguar as suas especificidades.

Mas como fazer isso se praticamente o que é

judicializado quase sempre se refere ao aspecto punitivo/repressivo, de cunho penal, cujo tratamento conferido se reveste, em sua maioria, de indisponibilidade?

Como conferir efetividade ao tratamento preventivo constante da legislação? Qual o papel e importância do Poder Judiciário neste contexto?

Daí é que surgiu a percepção a partir da minha experiência quando na qualidade de magistrada substituta, junto ao Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Aracaju e hoje como magistrada titular da Comarca de Poço Redondo - Sergipe, de que há sim uma alternativa quando a questão vem a ser judicializada, notadamente no que tange ao aspecto puramente preventivo, no bojo das representações de medidas protetivas de urgência.

A experiência demonstrou acerca da importância da designação de uma audiência na fase preventiva, judicializada a partir da representação de medidas protetivas de urgência, a fim de que possa o juiz melhor averiguar a situação e adotar providências que visam à implementação de um sistema organizado e multidisciplinar, voltado à prevenção do fenômeno e atendimento integral aos envolvidos, conferindo proteção jurídico-legal, assistencial, social e humana.

Ressalte-se, contudo, que tal audiência não se confunde com aquela outra prevista no artigo 16 da Lei 11.340/2006, pois naquela já há uma demanda penal repressiva, ao menos um inquérito policial ou termo circunstanciado.

Ademais, esta audiência prevista no artigo 16 somente deve ser designada quando a mulher renuncia – leia-se “se retrata” – da representação anteriormente ofertada ao Ministério Público em ações penais condicionadas à representação, de forma espontânea e antecipadamente ao oferecimento da denúncia. Feita a distinção pertinente, porque relevante ao tema.

Nesta audiência que ora se examina, que é de natureza extrapenal, ao se deparar com um determinado caso

concreto, o magistrado defere ou não a medida protetiva e examina acerca da necessidade de oitiva para fins de justificação da medida.

Nesta audiência, será perquirida a existência da violência de gênero, essencial para fins de justificação da competência do Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e aplicação da legislação em apreço.

Relevante é a verificação da situação real alegada, para que não haja o uso indiscriminado e negligente da legislação por mulheres que não estão em situação de vulnerabilidade, quando inexistente a violência de gênero, em detrimento dos homens.

Diante da continuidade da convivência, serão adotadas outras medidas para a contenção preventiva do ciclo de vulnerabilidade, tais como o encaminhamento da vítima a um acompanhamento psicológico ou mesmo do agressor ou qualquer membro da família envolvido.

Essencial também a verificação da situação de crianças e adolescentes que são vitimizados indiretamente, e a resolução de questões de família derivadas do conflito, sobretudo se o casal está em vias de separação fática ou jurídica.

Em suma, será analisada a necessidade da medida e o melhor encaminhamento tanto na seara cível e criminal, conferindo maior efetividade à legislação em seu aspecto extrapenal, a partir da implementação de um sistema organizado e multidisciplinar voltado à prevenção do fenômeno e atendimento integral aos envolvidos, conferindo proteção jurídico-legal, assistencial, social e humana.

Arte sobre foto de Ophelia Cherry/Freeimages



Patrícia Cunha Paz Barreto de Carvalho

Magistrada da Comarca de Poço Redondo, do TJSE. Graduada pela Universidade Federal de Sergipe. Autora do livro Crimes Hediondos e a Lei 11.464/2007, editado pela Evocati. Mestre em Direito, com foco em estudos sobre Violência e Criminalidade na Contemporaneidade, pela Universidade Federal de Sergipe.

Violência de gênero contra a mulher como requisito essencial para fins de aplicabilidade da Lei 11.340/2006

Patrícia Cunha Paz Barreto de Carvalho

É de comum consciência que a Lei Maria da Penha objetiva combater as situações vexatórias (físicas e morais), ainda socialmente epidêmicas, a que muitas mulheres são subjugadas (muitas vezes) no interior de uma relação de amor que deveria caracterizar-se pela comunhão de vida íntima e afetiva; nos dizeres da Lei Maria da Penha, relação íntima de afeto (art. 5.º III); não é qualquer relação de parentesco ou afinidade envolvendo o sexo feminino que está no campo de incidência da Lei Maria da Penha.

O sentido teleológico da lei foi equiparar os parceiros de uma relação amorosa, dando-lhes independência e liberdade para exercer as suas potencialidades e individualidades sem que se sintam subjugados pelo outro, alcançando inclusive os relacionamentos homoafetivos; as relações de parentesco colateral estão fora deste âmbito, ordinariamente; maus tratos envolvendo pais, mães, tios, sobrinhos, primos, quando o sexo constitui apenas um detalhe, resolvem-se com a legislação penal comum. Sentido teleológico esse que permite até mesmo a aplicação da lei em caso de violência a ser humano do sexo masculino, no contexto de uma relação homoafetiva.

Claro que também na sondagem da aplicação da Lei Maria da Penha em uma relação homoafetiva, a violência de gênero não pode ser dispensada, razão pela qual haverá de se mergulhar no papel desempenhado por cada um dos parceiros no bojo da relação, em ordem a definir que a tal violência esteja intimamente ligada a ela, ou se ela se deu em razão da noção de superioridade de gênero, o que nem sempre constituirá tarefa fácil de se desincumbir.

Importa é que não é toda a violência contra a mulher que se amolda à Lei Maria da Penha; as supostas coações que a lei intenta coibir são aquelas praticadas em razão do gênero da vítima (art. 5.º caput LMP); ou seja: o agressor da Lei Maria da Penha está imbuído, no momento da prática delituosa, do propósito de tyrannizar a vítima por se achar ela superior em razão do sexo biológico, como reminiscência da sociedade patriarcal, que classificava a mulher pejorativamente como sexo frágil.

A análise acerca da fixação da competência do Juizado competente para a prevenção e combate da violência doméstica e familiar contra a mulher deve responder ao seguinte questionamento: será que toda a violência contra a mulher é uma violência de gênero? E tal indagação se desdobra ainda em uma outra consistente em saber se todos os tipos de violências contra mulheres - incluídas aqui idosas, crianças e adolescentes do sexo feminino - seriam ou não violências que acarretariam a aplicabilidade da Lei Maria da Penha e a competência do órgão judicante previsto na Legislação, qual seja, o Juizado destinado à prevenção e combate da violência doméstica e familiar contra a mulher.

A violência de gênero está baseada na atribuição de papéis aos homens e mulheres, consolidados ao longo da história, os quais, sob o império de uma sociedade patriarcal, lesionam sobremaneira a dignidade da mulher. Sendo assim, faz-se necessário elucidar, inicialmente, que não é toda e qualquer violência contra a mulher - seja ela criança, adolescente, adulta ou idosa - que acarretará a aplicação da Lei Maria da Penha. Não basta, portanto, que ocorra violência doméstica e familiar contra mulher, apenas levando em consideração o sexo feminino.

Em todo e qualquer caso concreto, para fins de aplicabilidade da Lei 11.340/2006 e fixação da competência do Juizado nela previsto, deve existir a violência de gênero, a qual se constitui em requisito essencial, serão aplicadas a legislação ordinária (Código Penal - sem a vedação do art. 41 da Lei Maria da Penha) ou especial respectiva (ECA ou Estatuto do Idoso).

A lei deve ser utilizada contra a mulher ou mesmo contra o homem que integra união homoafetiva, desde que exista o *animus* especial de violência a englobar situação que trate do gênero feminino, como forma de submissão e império do sistema patriarcal de dominação masculina. Há que se observar, assim, a diferenciação entre sexo e gênero.

O que está na base do raciocínio para discutir a incidência ao caso da Lei Maria da Penha é o *animus* do

agressor; se a atitude dele se baseia na compreensão de que ele quer exercer um poder sobre a vítima em razão da suposta inferioridade do sexo oposto, tem-se aí típica aplicação da Lei Maria da Penha; mas se ele age, ainda que abusivamente, acreditando que o outro lhe deve submissão por qualquer outro motivo, independentemente do sexo, não há lugar para aplicar a Lei Maria da Penha.

Pode até ser prosaico que um parente promova maus tratos a outro entendendo que ele lhe é submisso; mas a base da agressão aí, no mais das vezes, é outra; não ocorre em função do sexo da suposta vítima, mas por questões culturais muitas vezes ligadas à diferença etária, já que está arraigada na nossa sociedade a compreensão de que os familiares mais novos, de ordinário, devem obediência aos mais velhos; isso é passível de ocorrer com ambos os gêneros, indistintamente.

Neste sentido, o Superior Tribunal de Justiça já decidiu que é do Juizado Especial Criminal – e não do Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – a competência para julgar ação penal referente a suposto crime de ameaça (art. 147 do CP) praticado por nora contra sua sogra na hipótese em que não estejam presentes os requisitos cumulativos de relação íntima de afeto, motivação de gênero e situação de vulnerabilidade.

Isso porque, para a incidência da Lei 11. 340/2006, exige-se a presença concomitante desses requisitos. De fato, se assim não fosse, qualquer delito que envolvesse relação entre parentes poderia dar ensejo à aplicação da referida lei. Nesse contexto, deve ser conferida interpretação restritiva ao conceito de violência doméstica e familiar, para que se não inviabilize a aplicação da norma. (HC 175. 816-RS. Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, julgado em 20/06/2013).

Um exemplo pode ser ilustrado com a relação paterno-filial; se um pai subjugua sua filha tendo por motivo o fato de ela ser do sexo feminino, pratica em seu desfavor ato típico da Lei Maria da Penha; se o faz, ainda que contra a mesma filha, mas tendo por pano de fundo a sua autoridade parental pura e simples, mesmo que aja com abuso ou excessos, sua conduta não pode ser abraçada pela Lei Maria da Penha; o pressuposto da inferioridade do gênero deve ser o motivo da conduta.

Evidentemente que nem sempre será fácil distinguir, em uma dada situação hipotética, se um pai está imbuído de um sentimento de inferioridade da filha em função do gênero ou da relação paterno-filial; mas esta pesquisa é de suma relevância quando da análise de um determinado caso concreto, já que acarretará a aplicabilidade da legislação respectiva e a delimitação da competência para julgamento.

Arte sobre foto de Joana Croft/Freeimages



Entretanto, tal análise é que ditará se uma determinada hipótese merece ser cuidada à luz da violência contra a criança, adolescente ou idosa, pois, aí sim, perquirindo-se acerca da motivação é que se constatará se o caso concreto envolve uma violência de gênero, concernente ao desempenho de papéis atribuídos às mulheres como forma de submissão/discriminação, ou apenas um fato motivado pela suposta superioridade em relação à vítima por qualquer outro motivo, seja uma sujeição à autoridade hierárquica ou vulnerabilidade.

Denota-se, portanto, que a existência da violência de gênero é requisito essencial e delimitador da competência para o julgamento da violência doméstica e familiar contra a mulher nos moldes da Lei Maria da Penha, pelo Juizado respectivo, sem o qual não acarretará a aplicabilidade da legislação, excepcional para fins de restauração da igualdade material almejada mundialmente.

A aplicação da Lei Maria da Penha nos casos de violência contra as empregadas domésticas



Talita Emanuely dos Santos Fortes

Por décadas as mulheres pleiteiam igualdade no trabalho, nas remunerações, entre outras tantas atividades, mas esta tão sonhada igualdade até os dias atuais não se concretizou. Muito embora não se viva a igualdade, algumas fissuras foram abertas e as mulheres aos poucos foram ganhando alguns espaços.

Tomando por base o contexto histórico da lei comumente chamada de Maria da Penha, percebe-se que a luta não foi fácil. O descaso com as vítimas e a falta de sanções aos agressores levaram o Brasil a uma intervenção internacional, com o objetivo de proteger e resguardar o direito das mulheres vítimas de violência doméstica.

Seguindo com o objetivo de encontrar uma norma mais coercitiva e protetiva para os casos de violência doméstica, o Poder Executivo brasileiro formou um grupo de trabalho visando à elaboração de uma proposta de medida legislativa para coibir a violência contra a mulher. O embasamento do art. 226, parágrafo 8º, da Constituição, deu origem ao Projeto de Lei nº 37/2006, sendo inclusos os compromissos internacionais de proteção à mulher, ratificados pelo Brasil.

Dado o primeiro passo em busca da melhor norma de proteção às mulheres, com base no projeto anteriormente citado, fora criada a Lei 11.340/2006, protegendo os direitos e garantias de mulheres vítimas de violência doméstica e, por consequência, veio a preencher uma lacuna deixada por infrutíferas leis que margeavam a ineficiência e ineficácia quanto à sua aplicação.

Tomando por base a Lei Maria da Penha que trata sobre violência doméstica contra mulher, objetiva-se relatar um quadro real que invade não só as telas das televisões, mas que entram na vida de mulheres vítimas de agressão e mudam toda a sua rotina, o seu modo de vida e as suas perspectivas de futuro. Nesse sentido tem se ouvido falar sobre a violência praticada por ex-companheiro ou companheiro dependendo de cada caso concreto, contudo o objetivo deste é voltar o olhar para mulheres que também são vítimas de violência doméstica, muito embora não seja em decorrência da relação conjugal e sim da relação de emprego.

Muitas discussões foram suscitadas à luz da doutrina e jurisprudência pátria sobre o amparo à empregada doméstica, vítima de violência doméstica por parte do seu empregador, no âmbito familiar do trabalho. Nessa discussão são abordados vários fatores que podem levar o entendimento da proteção legal da lei especial à empregada doméstica.

Entende-se que empregado doméstico seja qualquer indivíduo que exerça atividade remunerada com assiduidade, subordinação no âmbito familiar. Coadunado com o entendimento da popular Lei Maria da Penha, qual configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial: no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas.

Nesse contexto, entende-se que a empregada doméstica, vítima de violência no âmbito do trabalho, mesmo não possuindo relação afetiva com o agressor, tem o seu direito resguardado por força legal. Mas, para isso, é necessário que haja um convívio permanente da vítima.

Ocorre que se uma empregada doméstica sofrer violência física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral por parte de qualquer indivíduo que faça parte do âmbito familiar da residência, receberá o amparo da legislação especial, ciente que o seu agressor receberá as sanções nela prevista.

Tem-se ainda a violência doméstica e familiar contra a mulher nos termos do art. 226, §8º da Constituição Federal, a qual afirma que toda lei que for de encontro à mesma será declarada inconstitucional depois do devido processo legal (Ação Direta de Inconstitucionalidade). Todavia há quem discorde desse entendimento, fundamentando que apenas teria direito à proteção da lei especial, a empregada doméstica que tenha relação participativa com a família para quem trabalha, tendo por base a sua participação na relação

do cotidiano dos seus empregadores. Tais fundamentos ferem de forma gritante a legislação pátria, na qual não se faz necessário o vínculo familiar, apenas o convívio cotidiano da relação já é característica para o enquadramento.

Infelizmente em virtude da relação de subordinação existente no vínculo empregatício, muitas empregadas vítimas de violência doméstica por seus patrões sofrem em silêncio e sentem medo de perder a renda salarial, caso que se parece com as mulheres que são dependentes financeiras de seus companheiros agressores.

A empregada doméstica é evidenciada na maioria dos casos como agressora, muito embora em casos rotineiros ela seja vítima. Fato esse que não é demonstrado de forma clara e objetiva quando o tema é abordado em novelas, nas quais os patrões abusam sexualmente das empregadas, quando em suspeitas de furto a acusam sem prova ofendendo a honra e a moral, ferindo o seu psicológico.

O tema abordado não tem por objetivo vitimar a empregada doméstica, vez serem estas mulheres corajosas, trabalhadoras que enfrentam uma jornada árdua de trabalho, dividindo-se entre a sua própria casa, família e seus afazeres na residência onde trabalha, mas deseja que elas recebam o devido amparo legal e que os seus agressores, mesmo na qualidade de empregadores, sofram as punições previstas na Lei Maria da Penha.



Talita Emanuely dos Santos Fortes

*Bacharela em Direito pela Faculdade
Estácio de Sergipe – Fase. Aprovada no
XII Exame da Ordem dos Advogados do
Brasil.*

Hipertensão: diagnóstico e tratamento

Saiba mais sobre causas, sintomas e como tratar a doença que atinge metade dos idosos brasileiros

Maíra Silveira e Janaina Cruz

Você sabia que, no Brasil, 50% das pessoas com mais de 60 anos têm pressão alta? E que 20% de toda a população, independente da idade, sofre de hipertensão? Isso quer dizer que, embora seja prevalente nos adultos, a doença também pode se manifestar durante a infância ou juventude. A pressão arterial é considerada alta quando os valores obtidos são iguais ou superiores a 14/9. Segundo as últimas diretrizes brasileiras para diagnóstico e tratamento da hipertensão, as pressões aferidas que obtiverem valor 13,5/8,5 são consideradas normais e abaixo ou igual a 12/8 são consideradas ótimas.

A Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS) é considerada uma doença silenciosa. A ausência de sintomas retarda o diagnóstico e dificulta a adesão ao tratamento, que, muitas vezes, só é feito quando as complicações já estão instaladas. De acordo com o cardiologista do Centro Médico e Odontológico do TJSE, Willams de Matos, os sintomas costumam aparecer somente quando os valores sobem muito. “Normalmente, a pessoa se adapta ao aumento da pressão e só se dá conta quando o cérebro, os rins, o coração ou a circulação já



estão seriamente prejudicados. É comum sentir dores no peito, dores de cabeça, tontura, visão embaçada e sangramento nasal”, afirma o médico.

A única maneira de diagnosticar a doença de modo precoce é aferindo a pressão arterial com regularidade. O ideal é que os adultos verifiquem ao menos uma vez ao ano. “Uma vez medida a pressão arterial igual ou acima de 14/9, é necessário ir ao médico. Nós iremos verificar se a hipertensão é do tipo primária (genética) ou secundária (consequente de

outra doença), para poder tratá-la adequadamente”, alerta Willams. Casos de hipertensão na infância, mesmo sendo raros, também existem e devem ser considerados. As crianças devem ter a pressão arterial medida uma vez por ano, durante as consultas de rotina.

Entre os principais problemas que surgem com a manutenção dos níveis elevados de pressão arterial é possível destacar as doenças cardiovasculares cerebrais, como, por exemplo, o Acidente Vascular Cerebral (AVC), e cardíacas, como a

Os sintomas da hipertensão são silenciosos, por isso o cardiologista Willams de Matos recomenda que a verificação da pressão seja feita rotineiramente



Insuficiência Cardíaca Congestiva (ICC). Além disso, existem também complicações renais, que provocam a perda da função dos rins, podendo levar o paciente a recorrer à diálise. Os olhos também podem ser afetados em decorrência dos vasos da retina serem finos e estarem sujeitos a se romper ou entupir, provocando a perda da visão.

Controle e tratamento

A hipertensão não tem cura, mas tem formas de tratamento, o que a torna possível de ser controlada. O médico vai determinar a forma mais adequada para tratar cada paciente, a depender dos valores iniciais e da presença ou não de outras doenças. O controle da doença nem sempre se promove com o uso de medicamentos, mas, se forem necessários, o paciente deve aderir e dar continuidade ao tratamento mesmo que os valores, em alguns momentos, estejam na faixa da normalidade. “Uma vez recomendados, os remédios para hipertensão precisam ser tomados pela vida inteira. As doses se ajustarão de tempos em tempos, para mais ou para menos, dependendo das

condições em que se encontra o paciente”, frisou o cardiologista.

De acordo com o cardiologista, a maioria dos servidores do TJSE que vão a procura de tratamento já apresentam níveis pressóricos muito elevados. Nesse caso, é necessário o uso de uma intervenção mais agressiva de medicamentos. “O ideal é que esse paciente que já se encontra em um estágio elevado, seja avaliado a cada seis meses. Assim é possível garantir uma intervenção terapêutica medicamentosa mais eficaz”, explicou.

Além disso, existem mudanças no estilo de vida que o paciente hipertenso pode aderir para contornar o problema. Praticar atividade física, por exemplo, é essencial para controlar os níveis de pressão arterial, pois melhora a performance cardíaca e pulmonar. O paciente também precisa ter uma alimentação regrada e não abusar do sal em sua alimentação, sempre buscando substituí-lo por outros temperos que ressaltem o sabor dos alimentos. Evitar alimentos gordurosos e moderar no consumo de álcool também

são alguns dos fatores que ajudam a conviver melhor com a doença.

Outras recomendações

O peso corpóreo interfere em vários mecanismos que elevam a pressão arterial. Um dos mais importantes é o sistema nervoso simpático que, entre várias outras funções, controla a dilatação e o estreitamento dos vasos sanguíneos arteriais. A obesidade estimula o sistema nervoso simpático, fazendo com que os vasos sanguíneos se fechem e os rins retenham grande quantidade de água, o que favorece a elevação da pressão arterial. Emagrecer três ou quatro quilos reduz em cerca de 20% esses níveis, e, em certos casos, normaliza a pressão.

Hipertensão e cigarro é uma junção muito perigosa. A nicotina presente no cigarro age diretamente sobre os vasos sanguíneos arteriais, promovendo seu estreitamento. Além disso, o cigarro aumenta a frequência cardíaca e o consumo de oxigênio. É recomendado que pacientes hipertensos abandonem completamente o fumo.

DICAS DE LIVROS



Manual dos Recursos

Araken de Assis

Editora RT, 6ª edição, 2014

Ideal para estudantes e profissionais do Direito, a obra traz a experiência do autor de mais de vinte anos no exercício profissional, apresentando informações atualizadas e abrangentes acerca dos recursos civis. Merece especial destaque o capítulo dedicado à tramitação dos recursos no segundo grau, com revelações de certo modo surpreendentes quanto à influência da informática na formação do julgamento colegiado.



Curso de Licitações e Contratos Administrativos

Lucas Rocha Furtado

Editora Fórum, 5ª edição, 2013

Alguns aspectos do livro merecem referência especial. Um deles diz respeito à ampla e inovadora pesquisa de jurisprudência realizada junto ao Tribunal de Contas da União (TCU), Supremo Tribunal Federal (STF) e Superior Tribunal de Justiça (STJ). Por meio desta pesquisa, são destacados não apenas os importantes itens constantes dos acórdãos, mas são apresentados trechos dos votos proferidos em que se expõem as razões que levaram mencionados tribunais a adotar aquela decisão e a firmar determinada jurisprudência.

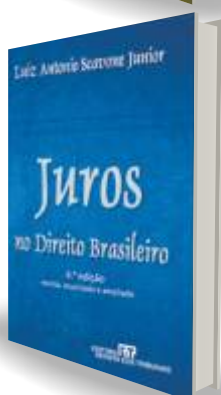


Código de Processo Penal Militar Comentado

Guilherme de Souza Nucci

Editora RT, 2013

O *Código de Processo Penal Militar Comentado* encontra-se dividido em cinco livros. O primeiro livro trata da aplicação da lei processual penal militar, onde se incluía polícia judiciária militar, a ação penal militar, o processo, o juiz e seus auxiliares, as partes, a denúncia, o foro militar, a competência em geral, os conflitos de competência, as questões prejudiciais, os incidentes processuais, as medidas preventivas e assecuratórias, a citação, intimação e notificação e os atos probatórios. No segundo, ingressam os processos em espécie. O terceiro trata da temática referente às nulidades e aos recursos. No quarto, cuida-se da execução penal e o quinto livro fala sobre a justiça militar em tempo de guerra.



Juros no Direito Brasileiro

Luiz Antônio Scavone Júnior

Editora RT, 4ª edição, 2011

O presente trabalho versa sobre os juros no direito brasileiro, assunto de suma importância nos tempos atuais, quando as taxas de juros se tornaram um dos mais importantes mecanismos levados a efeito pelo Estado para o controle da economia e da inflação. Por conseguinte, podem gerar, diante dos excessos, relevantes efeitos que conspurcam o objetivo maior do direito: a paz social.

Todos esses livros, como também revistas e publicações, estão disponíveis na Biblioteca Central Desembargador Gervásio Prata, no 6º andar do Anexo Administrativo II do Palácio da Justiça, na rua Pacatuba, 55, Centro de Aracaju. Servidores e magistrados do TJSE também têm acesso à Biblioteca Digital, a partir do webmail funcional. O acesso ao acervo é feito apenas nos computadores do TJSE. As opções são de periódicos e livros digitais, em duas versões: HTML e flipping book (que dá acesso ao conteúdo do livro eletrônico).

Desembargadora Iolanda Guimarães ministra palestra na ONU

Evento anual do Instituto Salto Quântico reuniu centenas de pessoas em Nova Iorque, nos Estados Unidos

“**A** magistratura e a espiritualidade” foi o tema da palestra proferida pela Desembargadora Iolanda Guimarães, no dia 8 de outubro, na sede da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova Iorque, nos Estados Unidos, durante a terceira edição do Evento Anual do Instituto Salto Quântico (ISQ). “Ser juiz é uma missão, um sacerdócio, um ideal, em cujo cotidiano se enfrenta o afanoso mister da aplicação da justiça que a lei e a nossa consciência nos apontam como pertinente”, destacou a desembargadora no início de seu discurso.

Ela lembrou que ao magistrado compete a tarefa de zelar pela paz social, restaurando o equilíbrio de forças rompido pelo conflito. “E para tanto, é impossível que o magistrado balize suas decisões apenas pela letra seca da lei. Em meio a códigos defasados, leis insuficientes e inúmeros outros obstáculos, exige-se do julgador grande sensibilidade no exercício da sua função, exige-se, sobretudo, um genuíno amor à missão abraçada”, enfatizou a palestrante, que finalizou seu discurso com um texto de Victor Hugo sobre Voltaire.

Também foram palestrantes do evento Delano



Mothé, diretor adjunto do Instituto Salto Quântico, falando sobre “Linguística e Espiritualidade”; Daniela Costa, Doutora em Direito, com o tema “Direito Penal e Espiritualidade”; Marcone Vieira, dirigente do braço americano da ISQ, que falou sobre “Sistemas de Informação e

Espiritualidade”; e Benjamin Teixeira de Aguiar, escritor, apresentador e médium, que falou sobre as bases científicas à fé na espiritualidade, em uma abordagem transdisciplinar que ia da Antropologia à Física Quântica, passando por Psicologia Transpessoal e estudos de EQMs.

Foi o terceiro evento anual do Instituto Salto Quântico, que além da Desembargadora contou com mais quatro palestrantes, entre eles o médium Benjamin Teixeira

SOU VOLUNTÁRIO,

SOU

Ser
Humano

PROGRAMA DE APADRINHAMENTO

apoio:



mentefêtil
comunicação & imagem

realização:

Coordenadoria
da Infância e da
Juventude

3226-3877 / 3226-3878



PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DE SERGIPE

Quer falar com o Tribunal de Justiça de Sergipe?

A Ouvidoria é mais um meio de comunicação com você.

**Queixas, denúncias,
sugestões ou elogios**

Acesse:

**WWW.TJSE.JUS.BR/OUVIDORIA/
0800-079 0008**



OUVIDORIA GERAL
DO PODER JUDICIÁRIO DE SERGIPE